

Saltando obstáculos: a mulher no espetáculo esportivo

Ensaio de Nelma Gusmão de Oliveira
Publicado pela Fundação Heinrich Böll Brasil



SALTANDO OBSTÁCULOS: A MULHER NO ESPETÁCULO ESPORTIVO

Saltando obstáculos: a mulher no espetáculo esportivo

Ensaio de Nelma Gusmão de Oliveira

Publicado pela Fundação Heinrich Böll Brasil

São precisamente as esportistas que, positivamente interessadas em sua própria realização, se sentem menos inferiorizadas em relação ao homem[...]Que escale picos, que nade, que pilote um avião, que lute contra os elementos, que assuma riscos e se aventure, não sentirá ela, diante do mundo, a timidez de que falei.

Simone de Beauvoir¹

1. Beauvoir, Simone. O segundo sexo II: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, p.71.

Sobre a Autora:

Nelma Gusmão de Oliveira é professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia desde 1988. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma Universidade. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estágio Doutoral na Université du Québec à Montréal. Prêmio de melhor tese de doutorado do biênio 2011-2012 conferido pela Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

**Saltando obstáculos:
a mulher no espetáculo esportivo**

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 701
Glória – Rio de Janeiro/RJ
20241-180

Tel.: 55 21 3221 9900

info@br.boell.org
www.br.boell.org

Foto de Capa

2º Training Camp da Seleção Brasileira de Saltos Ornamentais realizado na Universidade de Brasília em 2015 com o objetivo de preparar atletas e

técnicos de todo o Brasil para os Jogos Olímpicos de 2016 por Marcelo Camargo da Agência Brasil sobre CC BY-NC-SA 2.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.0/>), adaptado do original.

Revisão

Marilene de Paula
Manoela Vianna

Diagramação

Beto Paixão

Pesquisa Iconográfica

Marilene de Paula
Selma Clara Creibich

048s

Oliveira, Nelma Gusmão de.

Saltando obstáculos: a mulher no espetáculo esportivo. Nelma Gusmão de Oliveira. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

43 p. : 16,5x23,8 cm.

ISBN 978-85-62669-19-4.

1. Mulheres - Esportes. 2. Direitos das mulheres. I. Oliveira, Nelma Gusmão.

II. Título.

CDD 796.08

ÍNDICE

1. Introdução	9
2. O papel do COI	11
3. A mulher e o esporte na história	13
4. As posições de comando e os processos decisórios	23
5. Exposição midiática e remuneração	26
6. O gênero como questão	34
7. Considerações finais	39

1. Introdução

A questão da igualdade entre gêneros nas práticas esportivas e o papel do esporte na promoção dos direitos da mulher têm sido objeto de constante debate na contemporaneidade. Para além dos benefícios que o esporte pode proporcionar à saúde feminina, a constatação de seu desempenho como ferramenta para o “empoderamento” de mulheres e superação das barreiras à equidade de gêneros parece quase consenso no pensamento hegemônico do mundo globalizado atual.

Apresentada como novidade na virada do século XXI por governantes, acadêmicos, Organizações Não Governamentais (ONGs), agências multilaterais e instituições internacionais, ligadas ou não à produção do espetáculo esportivo, tal constatação já era colocada, embora de forma contra-hegemônica, há mais de meio século nas reflexões de Simone de Beauvoir. Em 1949, ao inaugurar a discussão filosófica e sociológica sobre a condição da mulher, em seu paradigmático ensaio “O Segundo Sexo”, a autora já se referia, em várias passagens, à importância das práticas esportivas na longa jornada em direção a uma necessária transição de costumes e sentimentos que conduziriam à afirmação libertária da mulher.

Em sintonia com o discurso de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece a promoção da igualdade de gênero e a autonomia das mulheres como um dos oito objetivos da Declaração do Milênio², o fomento à igualdade de gêneros também está presente na Agenda 2020 do Comitê Olímpico Internacional (COI). Em maio de 2014, 14 Grupos de Trabalho (GTs) foram anunciados para propor reformas dentro de um “roteiro estratégico para o futuro do Movimento Olímpico”³. Denominado “Agenda Olímpica 2020”⁴, o relatório final do trabalho, contendo 40 recomendações, foi aprovado em uma Sessão Extraordinária da entidade realizada em Mônaco no mês de dezembro do mesmo ano. A décima primeira recomendação, que trata da promoção da igualdade entre gêneros, se desdobra em duas propostas de ação: encorajar a inclusão de times mistos e trabalhar junto às Federações Internacionais (FIs) para que atinjam 50% de participação feminina e estimulem a participação da mulher no esporte através da criação de oportunidades nos Jogos Olímpicos.

De fato, embora só tenha admitido a presença de mulheres entre seus membros em 1981⁵, o COI tem transformado a participação feminina em uma “questão” dentro do Movimento Olímpico nas últimas duas décadas. Desde 1994, a entidade tem fomentado a organização de uma quadrienal “Conferência Mundial sobre Mulheres e Esportes”, com o objetivo de monitorar avanços e estabelecer ações prioritárias para o envolvimento

2. A Assembleia do Milênio da ONU, realizada em Nova York em setembro de 2000, estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desdobrados em 18 metas e 48 indicadores, que deveriam ser adotados pelos estados membros das Nações Unidas e atingidos até 2015.

3. Sob a autoridade do Comitê Olímpico Internacional, o Movimento Olímpico reúne instituições e indivíduos envolvidos na promoção do espetáculo esportivo e possui como condição básica de participação a concordância com as regras e princípios da Carta Olímpica. Tendo entre os seus principais constituintes as Federações Internacionais de Esportes, ele abriga também a FIFA.

4. International Olympic Committee, *Olympic Agenda 2020, 20+20 Recommendations*, Lausanne: IOC, [2014].

5. Em 1981, pela primeira vez, duas mulheres foram admitidas como membros do COI, a finlandesa Pirjo Haggman e a venezuelana Flor Izava Fonseca.

de mulheres no mundo dos esportes. Em 1995, foi criado o *Grupo de Trabalho do COI Mulheres e Esportes*, que funcionava como um corpo consultivo da entidade, composto pelos três constituintes do Movimento Olímpico – COI, Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) e Federações Internacionais de Esportes (FIs) –, além de atletas e membros independentes. Em 2004, o Grupo de Trabalho adquiriria o status de comissão permanente da entidade, assumindo a nomenclatura de *Comissão do COI Mulheres e Esportes* e, em 2015, já como desdobramento da Agenda Olímpica 2020, muda novamente de nome para *Comissão Mulheres no Esporte*.

Foi também na década de 1990, mais precisamente em 1996 que o Movimento Olímpico inaugurou, em seus documentos oficiais, a referência à igualdade entre gêneros, quando uma nova função foi atribuída para o Comitê Olímpico Internacional (COI) no capítulo 1 da Carta Olímpica⁶.



Jogadoras da seleção brasileira feminina de futebol. Da esquerda para direita: Maurine Gonçalves, Darlene de Souza e Poliana Medeiros.

Foto: Rafael Vitor Pinto Ribeiro (Confederação Brasileira de Futebol - CBF)

6. A Carta Olímpica é um instrumento de natureza constitucional no qual se encontram estabelecidos princípios e regras que regem o Movimento Olímpico e é aprovada nas sessões do Comitê Olímpico Internacional (COI). Publicada pela primeira vez em 1908, a Carta Olímpica assumiu vários formatos e só a partir de 1978 passou a adotar definitivamente o nome de Carta Olímpica. É ela que estabelece condições para a realização dos Jogos Olímpicos.

2. O papel do COI

A Função do COI é liderar a promoção do Olimpismo de acordo com a Carta Olímpica. Para este propósito o COI deve:

[...]5. fortemente encorajar, por meios apropriados, a promoção das mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as estruturas, particularmente nos corpos executivos das principais organizações esportivas nacionais e internacionais, com vistas à estrita aplicação do princípio de equidade entre homens e mulheres.⁷

Em 2012, o Movimento Olímpico e a grande mídia⁸ alardearam ao mundo três aspectos que teriam consagrado os Jogos Olímpicos de Londres como um grande avanço em direção à igualdade de gênero dentro das disputas esportivas: em primeiro lugar a presença de 4.675 mulheres competindo no evento, o que representa 44,2% dos 10.567 atletas enviados; em segundo lugar, a participação de mulheres em todas as modalidades esportivas a partir da inclusão do boxe feminino e, por último, a inexistência de qualquer país que impedisse a participação de competidores do sexo feminino em sua delegação⁹.

Bourdieu¹⁰ mostra que, de um modo mais geral, todas as formas classificatórias – dentre as quais a divisão do mundo entre o feminino e o masculino representa uma situação particular – são categorias socialmente construídas, como resultado de um embate histórico entre diferentes visões de mundo, no qual os diversos posicionamentos não só partem de uma realidade objetiva, que permite o seu conhecimento e reconhecimento, mas retornam a operar nessa realidade de modo a preservá-la ou transformá-la. Em outro estudo, o autor mostra que a dominação masculina se legitima ao se inscrever em uma natureza biológica que, por sua vez, se estabelece como construção social naturalizada.

[...]é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo da reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos.¹¹

7. International Olympic Committee. Olympic Charter: in force as from 18th July 1996. Lausanne: IOC, 1996, p. 10, tradução minha, grifos do autor.

8. Ver, por exemplo, International Olympic Committee. [2014], op. cit.; International Olympic Committee. Factsheet: Women in the Olympic Movement –update January 2016. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf. Acesso em 10 de fev. de 2016 e Smith, M.; Wrynn, A. *Women in the 2012 Olympic and Paralympic Games: An Analysis of Participation and Leadership Opportunities*. Ann Arbor: SHARP Center for Women and Girls, 2013.

9. Pela primeira vez na história Olímpica moderna, a Arábia Saudita, o Catar e Brunei enviaram concorrentes do sexo feminino. Vale destacar, entretanto que, embora amplamente anunciado por boa parte da mídia, não é verdade que todas as delegações incluíram mulheres atletas. As equipes de três países – Barbados, Nauru, e da Federação de São Kitts e Nevis –, que enviaram atletas mulheres em Olimpíadas anteriores, tiveram apenas competidores do sexo masculino em suas delegações para os Jogos de 2012. Ver Smith, M. and Wrynn, 2013, op. cit.

10. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

11. Bourdieu, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

Durante muito tempo, foi essa construção androcêntrica do biológico que justificou as inúmeras restrições à participação feminina no esporte. Se a Carta Olímpica de 1996 passou a estabelecer a promoção da mulher no esporte, em todos os níveis, como uma das principais funções do COI, pouco tempo antes, em 1987, o documento¹² ainda conservava um artigo que restringia a “permissão” de sua participação nas competições à prévia autorização da instituição, a quem competia avaliar se determinado esporte seria ou não adequado à sua condição biológica de mulher.

Como, em que circunstâncias e por que a igualdade entre gêneros tem se tornado uma “questão” dentro do Movimento Olímpico nas últimas duas décadas? Como, quando e por meio de que processos ela ganha corpo e se torna legítima? Quais os principais sujeitos individuais e coletivos envolvidos nesses processos? Estariam os avanços da participação feminina nos Jogos Olímpicos representando uma mudança definitiva em relação à igualdade de gênero no campo de produção do espetáculo esportivo? Em caso negativo, que fatores estariam contribuindo para a persistência da falta de equidade? A partir dessas questões, esse trabalho busca analisar as relações entre gênero e poder dentro do “campo de produção do espetáculo esportivo”¹³ e em sua relação com outros campos.

O argumento aqui apresentado, na busca de contribuir para o debate, é que, embora as práticas esportivas funcionem inegavelmente como instrumento de inclusão da mulher na luta por direitos igualitários na sociedade, a plena participação feminina nos esportes “em todos os níveis e em todas as estruturas” ainda se encontra muito longe de ser conquistada. Em uma observação mais apurada dos processos em jogo, por meio dos quais a igualdade entre gêneros se torna uma “questão” dentro do espetáculo esportivo, há que se considerar a complexidade dos processos históricos na construção e desconstrução de categorias e enunciados que atribuem funções diferenciadas ou igualitárias entre sexos e os interesses aí envolvidos. É necessário observar também a força e o reconhecimento que adquire cada um desses discursos, em cada momento, como resultado de disputas de determinados grupos que aí atuam na busca de manutenção ou transformação de suas posições dentro do espaço social¹⁴.

12. International Olympic Committee. *Olympic Charter*: in force as from 18th July 1996. Lausanne: IOC, 1996, p. 10, tradução minha, grifos do autor

13. Adota-se aqui o conceito de campo de Bourdieu, no sentido de campo de forças e de luta para conservar ou transformar relações de poder que nele atuam. Ver Bourdieu, 2007, op. cit.; Oliveira, Nelma Gusmão de. *O poder dos jogos e os jogos do poder*: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Anpur, 2015.

14. Bourdieu, 2007, op.cit.

3. A mulher e o esporte na história

Até pouco tempo atrás a pauta colocada para a “questão” da mulher no Movimento Olímpico não contemplava sua inclusão, mas antes, sua restrição ou mesmo exclusão das práticas esportivas. A história da participação feminina no mundo dos esportes e, mais especificamente, das competições esportivas oficiais foi marcada pela “transgressão”¹⁵, conflito e, durante muito tempo, objeto de grande discriminação.



Myrtle Cook, do Canadá (à esquerda) vence a prova preliminar dos 100 metros nos Jogos Olímpicos de Paris, 1924

Foto: Library and Archives Canada, CC BY 2.0(<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/br/>)

15. Goellner, Silvana V. *Na Pátria das Chuteiras as mulheres não têm vez*. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 1-7.

Se, nos Jogos Olímpicos de Londres, quase metade dos atletas que competiram eram mulheres, durante as quatro primeiras décadas do século XX, sua simples admissão nos Jogos já produzia calorosos discursos de contestação. Nos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, ocorridos em Atenas em 1896, as mulheres não foram autorizadas a competir e participaram apenas como expectadoras. Uma mulher grega, Stamata Revithi, entretanto, ousou desafiar a ordem estabelecida e realizou o mesmo percurso de 42 km da maratona no dia seguinte à competição, sendo o último trecho do percurso fora do estádio. Ela conseguiu terminar a corrida em 4 horas e meia, menos de duas horas atrás do vencedor e mais rápida do que alguns dos competidores oficiais.

Em 1900, a despeito da resistência do grande idealizador dos Jogos Olímpicos, o Barão Pierre de Coubertin¹⁶, 22 mulheres de cinco países, competiram pela primeira vez na segunda edição das Olimpíadas em Paris em duas modalidades, golfe e tênis e, em 1904, nos Jogos de St. Louis seis atletas mulheres voltaram a competir. A segunda e a terceira Olimpíadas foram realizadas dentro das exposições universais de Paris, 1900, e St. Louis, 1904, ficando sua organização a cargo dos responsáveis pela respectiva exposição. A falta de controle do COI sobre a definição do programa, provavelmente, viabilizou a inclusão de modalidades femininas nos eventos. Vale ressaltar, entretanto, que tal participação se restringia aos esportes considerados belos e que não permitiam contato físico.

Como pode ser visto no gráfico 1, até os Jogos Olímpicos de 1948 em Londres a participação feminina não chegava a 10% do total de atletas. Até os Jogos de 1980 em Moscou, a linha de crescimento do número de mulheres competindo é quase horizontal, com tendência a aumentar a grande diferença absoluta entre atletas do sexo masculino e feminino. Foi a partir dos Jogos de Los Angeles, em 1984 que a curva feminina começa a sofrer inflexão e acompanhar o crescimento dos atletas do sexo masculino, mantendo a diferença existente por algum tempo. Apenas a partir dos Jogos de Atlanta em 1996, a curva de crescimento do número de atletas do sexo masculino começa a decrescer, enquanto o número de mulheres competindo continua crescente até chegar à situação de 44,2% de participação feminina em Londres 2012¹⁷.

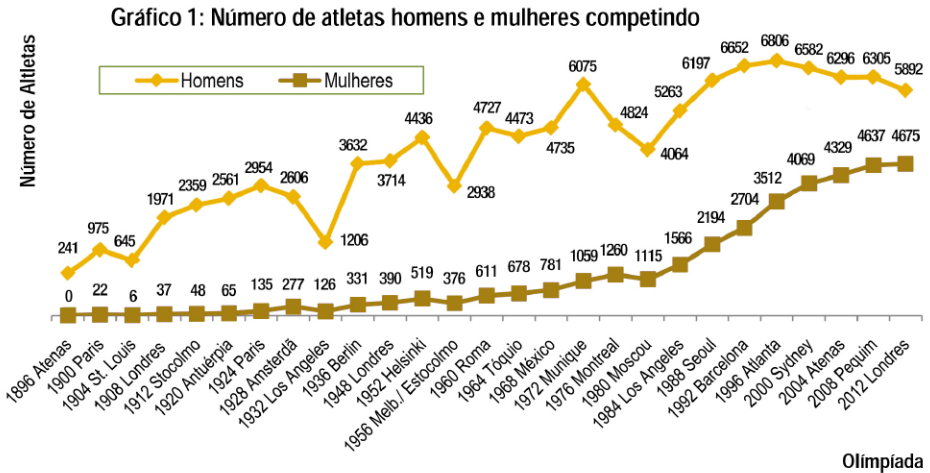
Se dependesse da vontade de Coubertin e seus companheiros do COI, as competições olímpicas seriam exclusivamente masculinas. Na “Revista Olímpica”, publicada em Julho de 1912, um texto, certamente redigido por Coubertin¹⁸, dedicava-se exclusivamente ao convencimento da necessidade de barrar o gradual avanço da participação feminina nos Jogos Olímpicos. Em referência à falta de clareza nas regras quanto a essa participação,

16. Na década de 1890, com o esporte moderno já bastante difundido pela Europa e algumas partes do mundo, um grupo de aristocratas europeus, liderados por Pierre de Coubertin, começaram a se articular em torno da ideia de uma “retomada” dos Jogos Olímpicos praticados na Antiguidade. Para a organização das primeiras Olimpíadas da era moderna em Atenas em 1896 Coubertin, indicou o nome do grego Dimitrios Bikelas, representando o país anfitrião, para o cargo de primeiro presidente do COI e assumiu o cargo de secretário geral. Cumprida a empreitada, Coubertin assumiu a presidência do COI, permanecendo no cargo até 1928. Ao deixar o cargo, continuou como presidente honorário e dedicou-se inteiramente ao trabalho de construção das bases filosóficas do Olimpismo, que considerava uma espécie de religião, mantendo uma forte influência sobre o destino dos Jogos Olímpicos e daquela instituição até sua morte em 1937. Ver, dentre outros: Müller, Norbert; Todt, Nelson Schneider. *Olimpismo: Seleção de textos*. Porto Alegre : Edipcrs/ Comitê Internacional Pierre de Coubertin.

17. Gráfico elaborado pela autora com base em informações do COI. Ver IOC. *Factsheet the games of the Olympiad*, update - october 2013. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/The_Olympic_Summer_Games.pdf. Acesso em 02 de jan. de 2016.

18. Assim como esse, a maioria dos artigos da *Revue Olympique* não são assinados por Coubertin, editor e redator da revista. Baseados em algumas evidências, Norbert Müller e Nelson Schneider Todt, editores do livro *Olimpismo: Seleção de textos*, consideram todos como de sua autoria.

afirmava: “Acreditamos que os Jogos Olímpicos devem ser reservados para os homens. Antes de tudo, aplicando o famoso ditado ilustrado por Musset; é necessário que uma porta esteja aberta ou fechada”¹⁹. Ainda no mesmo texto, uma expressão com estilo e vocabulário próprios de Coubertin faz referência a uma possível “Olimpiada Feminina” paralela aos Jogos Olímpicos masculinos como “Impraticável, desinteressante, antiestética, e não temos medo de adicionar: incorreta”²⁰.



Na base do discurso de Coubertin estava a inspiração dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga, que proibia mulheres de participar dos eventos até mesmo como expectadoras. Como salienta Boulongne²¹, as restrições de Coubertin à competição esportiva das mulheres são menos de natureza fisiológica, embora aí também se legitimem, mais de carácter antropológico ou cultural ou, mais precisamente, moral. Afinal, a ideia de mulheres competindo em público era incompatível com a formação aristocrática da maioria dos membros do COI²² e com a nova moral burguesa em formação.

De fato, a inserção das práticas esportivas durante o século XIX, em escolas públicas destinadas à elite aristocrática e burguesa da Inglaterra e sua posterior organização em competições, tendo como princípios básicos o amadorismo, veio contribuir para a construção de uma moral fundamentada na ideia da virilidade masculina, da coragem, da formação do carácter, da hierarquia e da vontade de vencer de acordo com os princípios cavaleirescos do *fair-play*, da aderência voluntária às regras e da valorização do tempo cronometrado. Tal moral, organizada e garantida por aristocratas, além de se adequar à formação dos futuros líderes da

19. Comité International Olympique. *Revue Olympique: sports, education physique e hygiene*. 2ª. Série N°. 79 Juillet 1912, p.100. Disponível em: <http://doc.rero.ch/record/235465/files/1912%20-%20N%C2%B07%20Juillet%20-%20Revue%20Olympique%20-%20fre-eng.pdf> . Acesso em 10 de dez. de 2015. Tradução livre da autora.

20. Ibidem, p.100. Tradução livre da autora.

21. Boulongne, Yves-Pierre. *Pierre de Coubertin and women's sport*. In: *Olympic Review* (February/March 2000) pp. 23-26. Tradução minha.

22. A composição do Comité Olímpico Internacional durante sua primeira década de existência era basicamente de nobres, em sua maioria, ou militares e dirigentes de Estado. CIO. *Annuaire*. Lausanne: IOC, 1908. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympic-charters?tab=1> . Acesso em 15 de nov. de 2014.

empresa privada²³, integrando assim os pressupostos essenciais do *ethos* masculino burguês, funcionava também como elemento de distinção da nova classe em formação.

Acontece que, como argumenta Foucault, foi exatamente na família “burguesa”, ou “aristocrática” que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi “medicalizada” a sexualidade feminina. De acordo com o autor, se para a família aristocrática nobiliária a distinção do corpo deveria ser mantida para garantir a procedência do sangue, era a preocupação com a descendência e a saúde de seu organismo que levava a família burguesa a assumir tal distinção e, especialmente, a dos corpos femininos destinados à reprodução. Tratava-se, pois, de cuidar do corpo, “do vigor, da longevidade, da progeneritura e da descendência das classes que ‘dominavam’²⁴.”

O corpo feminino era visto como “um bem social a alojar a esperança de uma prole sadia”²⁵ e que deveria ser, portanto, guardado, ocultado, protegido de perigos e contatos, cultivado e isolado dos outros “para que se mantivesse seu valor diferencial; e isso outorgando-se, entre outros meios, uma tecnologia do sexo”²⁶. Inicialmente colocada como elemento de autoafirmação de uma classe social em ascensão, a instituição da família canônica burguesa nesses moldes, passaria posteriormente, conforme salienta o autor, a ser estendida às outras classes sociais como um instrumento de controle econômico e sujeição política através de uma grande campanha para a “moralização das classes pobres”.

A fala de Coubertin, extraída de um discurso radiofônico internacional proferido em 4 de agosto de 1935 onde apresenta *Les assises philosophiques de l'Olympisme moderne*, um resumo do que para ele são as características essenciais do Olimpismo, deixa bem claro seu ponto de vista em relação a “uma exposição” feminina nos campeonatos. Em uma analogia aos acontecimentos que ocorriam fora do *Altis*, espécie de santuário dos Jogos da Antiguidade reservado apenas aos atletas consagrados, ele admite a organização de torneios femininos, assim como de futebol e outros jogos e exercícios de equipe, mas fora da programação oficial dos Jogos Olímpicos.

Do que acabo de expor se deve concluir que o autêntico herói Olímpico é, em meu entender, o adulto masculino individual” [...] E depois, ao seu redor, todas as demais manifestações da vida desportiva que se queira organizar: torneios de futebol e outros jogos, exercícios de equipe etc. Assim terão o lugar que lhes corresponde, mas em segundo lugar. Também as mulheres poderiam participar, se é que se considera necessário. Pessoalmente, não aprovo a participação de mulheres em competições públicas, **o que não significa que se devam abster de praticar um grande número de esportes, com a condição de que não sejam um espetáculo.** Seu papel nos Jogos Olímpicos deveria ser, essencialmente, como nos antigos torneios, o de coroar os vencedores.²⁷

23. Nesse sentido ver Bourdieu, Pierre. “Como é possível ser esportivo?” In: Bourdieu, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. pp. 136-153; RIGAUER, Bero. *Sport and work*. New York: Columbia University Press, 1981; Oliveira, Nelma Gusmão de. *O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Anpur, 2015.

24. Foucault, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998, p.11.

25. Goellner, 2006, op. cit, p. 2.

26. Foucault, 1998, op. cit, p. 116.

27. Coubertin, Pierre de. “Os fundamentos filosóficos do Olimpismo moderno” In : Müller, Norbert; Todt, Nelson Schneider. *Olimpismo: Seleção de textos*. Porto Alegre : Edipcrs/ Comitê Internacional Pierre de Coubertin, 2015, p. 575. Grifos meus.

Embora em um tom mais brando e admitindo a possibilidade de participação feminina em torneios de segunda importância, graças a todos os avanços das conquistas femininas à época, o discurso de Coubertin ainda mantinha o conteúdo moralista de oposição à competição de mulheres dentro “espetáculo” dos Jogos Olímpicos. É bom lembrar que em 1935, ano do pronunciamento de Coubertin, já eram grandes os avanços femininos no mercado de trabalho e nas conquistas sociais. Desde a Primeira Guerra Mundial, quando, nas fábricas e nos campos, elas eficiente e corajosamente substituíram os homens que tinham ido para as frentes de luta, cada vez mais eram chamadas para um lugar na ordem social. A essa altura, a possibilidade de acesso à plena educação e o sufrágio universal já era uma realidade irreversível em muitos países, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil. A despeito das restrições de Coubertin e seus companheiros, a luta das mulheres pela inserção no espetáculo esportivo também seguia sem tréguas e as conquistas surgiam a reboque das mudanças na sociedade.

No que tange à Carta Olímpica, a primeira referência à participação feminina só é encontrada na publicação de 1924²⁸. O texto estabelecia que elas seriam admitidas nos Jogos Olímpicos e que o programa determinaria as modalidades que poderiam participar. O conteúdo se mantém inalterado até 1949²⁹, quando fica explícito no próprio texto do documento as modalidades autorizadas às mulheres (atletismo, esgrima, ginástica, natação, canoagem, patinação artística, esqui, vela e exposições de artes). O mesmo texto ainda se conservou por quase 30 anos, alterando apenas as modalidades admitidas, até quando, em 1978, entraria a redação já mencionada que se manteve até 1987³⁰. De acordo com essa redação, as mulheres seriam “autorizadas” a participar dos Jogos Olímpicos, de acordo com as regras estabelecidas pelas Federações Internacionais, mas depois de devidamente autorizadas pelo COI.

Em 1971³¹, uma novidade seria inserida nos conteúdos da Carta Olímpica, a concordância em se submeter ao teste de feminilidade como condição para a participação feminina nos Jogos Olímpicos. Envolvendo uma série de exames, inclusive o ginecológico, o teste se legitimava no discurso da garantia de igualdade de chances nas competições entre atletas do sexo feminino. Conservado nos conteúdos do documento até 1994³², só desapareceu na Carta Olímpica de 1995³³, um ano antes da promoção da igualdade entre gêneros se tornar um imperativo naquele documento. Destarte, a partir dos Jogos Olímpicos de 2000, o teste de feminilidade deixou de ser exigido nos moldes em que se aplicava, mas a discussão dos limites do heterossexismo continua objeto de grandes debates dentro do Movimento Olímpico até os dias atuais, conforme será visto em momento oportuno.

Até quase final do século XX, portanto, enquanto algumas atividades esportivas, como as citadas na Carta Olímpica de 1949, eram até recomendadas para a produção de corpos

28. Comité Oympique International. *Statuts du Comité International Olympique, reglements et protocole de la célébration des Olympiades Modernes et des Jeux Olympiques Quadriennaux, regles generales techniques applicables a la célébration de la VIII^e Olympiade*. Paris: IOC, 1924. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympic-charters?tab=1>. Acesso em: 15 de mai. de 2011.

29. International Olympic Committee. Olympic Rules. Lausanne: IOC, 1949. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympic-charters?tab=1>. Acesso em: 15 de mai. de 2011.

30. International Olympic Committee. Olympic Charter. Lausanne: IOC, 1987. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympiccharters?tab=1>. Acesso em: 15 de mai. de 2011.

31. International Olympic Committee. The Olympic Games: Rules and regulations, eligibility code. Lausanne: IOC, 1971. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympic-charters?tab=1>. Acesso em: 15 de mai. de 2011.

32. International Olympic Committee. Olympic Charter: In force as from 5th September. L 1994. Lausanne: IOC, 1994. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympiccharters?tab=1>. Acesso em: 15 de mai. de 2011.

33. International Olympic Committee. Olympic Charter: In force as from 15th June 1995. Lausanne: IOC, 1995. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympiccharters?tab=1>. Acesso em: 15 de mai. de 2011.

fortes, saudáveis e belos, capazes de gerar outros corpos, também fortes, saudáveis e belos, outras modalidades eram consideradas inadequadas para as mulheres; porque exigiam maior esforço físico, ou por serem consideradas “violentas” ou capazes de “masculinizar” a mulher, dentro dos padrões estéticos femininos estabelecidos, ou ainda porque impunham algum tipo de contato físico. Desse modo, as competições nas diferentes modalidades de luta, o salto com vara, o ciclismo, a vela, o halterofilismo, o decatlo, o pentatlo e os esportes coletivos como o futebol, o rugby, o polo, o water-polo ou o hockey, continuavam restritas ao sexo masculino. Ao mesmo tempo, algumas modalidades consideradas essencialmente femininas, a ginástica rítmica e o nado sincronizado, ainda não possuem competições masculinas até os dias atuais.

A admissão das mulheres nas provas de atletismo, ilustra bem as disputas ocorridas para que as mulheres pudessem gradualmente se inserir nas competições esportivas vinculadas ao Movimento Olímpico. Em 1922, diante da recusa do COI em incluir o atletismo feminino nos Jogos Olímpicos, mais uma vez através de uma atitude transgressora, a francesa Alice de Milliat fundou a *Fédération Sportive Féminine Internationale* (Federação Esportiva Feminina Internacional), que organizou os primeiros Jogos Olímpicos Femininos. Bem sucedidos, especialmente no que se refere ao público conquistado, eles foram re-editados em 1926, 1930 e 1934 como *The Women's World Games* (Jogos Femininos Mundiais). Em 1928 pressionado pelo sucesso dos Jogos Femininos o COI incorporaria o atletismo feminino nos Jogos Olímpicos de 1928, com cinco provas na modalidade. Ao final da prova de 800 metros, entretanto, algumas mulheres estavam exaustas, reforçando os argumentos de exclusão feminina em provas de resistência nas Olimpíadas devido a sua “incapacidade física”. Desse modo, nas Olimpíadas de 1932, em Los Angeles, não foi realizada a prova de 800 metros, que só voltaria a acontecer em Roma em 1960.

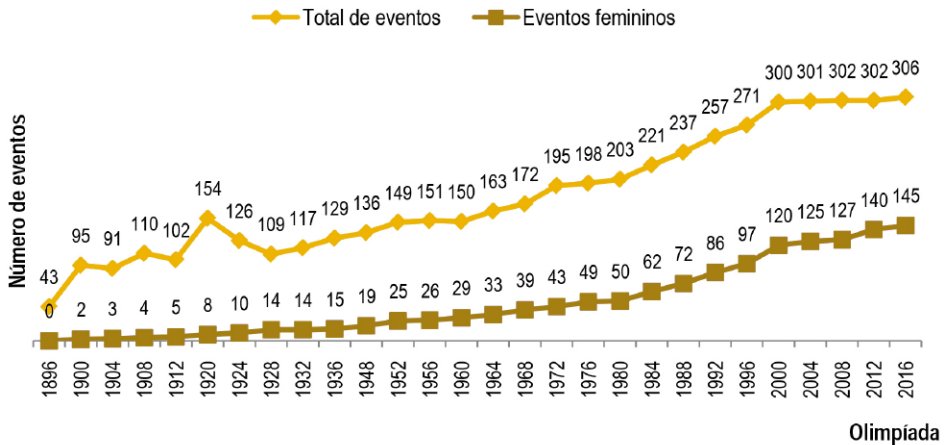
O gráfico 2 mostra a evolução da inclusão de eventos femininos em relação ao total de eventos nos Jogos Olímpicos de Verão. A curva da evolução do número de mulheres competindo, já ilustrada no gráfico 1, acompanha aproximadamente a mesma tendência da evolução do número de eventos oferecidos a mulheres aqui ilustrada, que permanece quase na horizontal até a década de 1980, enquanto o número de eventos continua a crescer, evidenciando a crescente diferença em números absolutos entre o total de eventos oferecidos e aqueles onde se admitia a competição feminina. Apenas na década de 1980 a curva de eventos femininos começa a subir e acompanhar a curva total. Finalmente, a partir dos Jogos Olímpicos de Sydney em 2000, o número total de eventos se estabiliza, com leve tendência de crescimento nos eventos femininos, que força uma aproximação da metade do número total de eventos oferecidos.

Embora conquistando gradativamente o direito à inclusão nas práticas esportivas, as mulheres continuavam completamente excluídas das posições de comando dos Jogos Olímpicos até 1981, quando, pela primeira vez, duas mulheres foram admitidas entre os 83 membros ativos do COI, representando apenas 2,3 % do total³⁴. A partir dessa data, mesmo com alguma anuência à participação feminina, o crescimento das mulheres no corpo máximo decisório do Movimento Olímpico se arrastou muito lentamente e até hoje não chega aos 24% do total de 92 membros ativos do colegiado. Se considerarmos todos os membros do COI, inclusive os honorários (aqueles que ultrapassaram a idade máxima para estar na ativa), apenas um quinto das mulheres que integram a lista (5 entre as 24) tinham ingressado na entidade até 1996, enquanto mais da metade dos homens que hoje constituem a entidade (55 entre os 106) já haviam sido admitidos no mesmo ano. O pouco avanço

34. International Olympic Committee . Disponível em <http://www.olympic.org/ioc-members-list> . Acesso em 01 de fev. de 2016.

na participação feminina no COI pode ser atribuído à estrutura conservadora de composição da entidade, que admite mandatos quase que vitalícios para os seus membros³⁵.

Gráficos 2: participação de eventos femininos nas Olimpíadas



Fonte: COI³⁶

Dos dados brevemente analisados até aqui, observa-se dois pontos de inflexão da “questão” feminina no Movimento Olímpico. Seja do ponto de vista de oferta de eventos e número de atletas competindo, seja na admissão ao COI, ou ainda, do ponto de vista do aparato regulatório institucional, que possui na Carta Olímpica a sua maior expressão, parece que essas inflexões convergem para os mesmos períodos: o início da década de 1980 e a segunda metade da década de 1990. A primeira inflexão, durante os anos 1980, possui caráter pouco afirmativo; se apresenta mais no sentido de aumentar a permissividade de participação feminina nos Jogos Olímpicos e corpos decisórios. Já a segunda, iniciada a partir de meados dos anos 1990, se apresenta mais afirmativa ao introduzir oficialmente o discurso de uma política institucional voltada especificamente para a promoção da igualdade de oportunidades oferecida aos diferentes gêneros.

35. A Carta Olímpica estabelece indicações das mais variadas origens na formação deste colegiado que se constitui de membros autônomos, representantes apenas do COI e não de qualquer país ou instituição. A composição do COI é dividida em quatro grupos, que somados não podem exceder o número de 115 membros. Um deles deve ser formado por até 15 atletas em atividade - eleitos pelos colegas durante os Jogos Olímpicos. O segundo deve ter até 15 presidentes de federações esportivas. O terceiro conta com até 15 presidentes de comitês olímpicos e o último, deve contar com a participação de até 70 membros sem filiação específica - no máximo, um por país (IOC, 2007). Salvo algumas condições especiais, como expulsão por má conduta ou perda do cargo em caso de membros vinculados a uma determinada função, um membro do COI pode e deve ser reeleito para o mandato de oito anos indeterminadamente até que atinja a idade de 70 anos, quando passa a ser membro honorário. Ver International Olympic Committee. Olympic Charter. in force as from 2 August 2015. Lausanne: IOC, 2015.

36. Gráfico elaborado por mim, a partir de dados do COI. Ver International Olympic Committee. Factsheet: Women in the Olympic Movement –update January 2016. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf. Acesso em 10 de fev. de 2016.

Retornando então à primeira questão posta nesse trabalho, cabe indagar por que, com quase duas décadas de atraso em relação às grandes lutas e conquistas do movimento feminista durante os anos 1960³⁷, o Movimento Olímpico resolve, subitamente, reduzir as restrições à participação feminina nos Jogos Olímpicos, ampliar o número de eventos a elas destinados e até permitir a entrada de algumas delas para o seu principal corpo de controle, o COI, até então consagrado exclusivamente aos homens³⁸. Cabe também indagar por que isso tudo acontece exatamente por iniciativa de Samaranch³⁹, enquanto presidente do COI (de 1980 a 2001), que tem como parte integrante do seu currículo uma longa participação no governo fascista do General Franco na Espanha. Afinal, como destaca Bourdieu⁴⁰, a posição ultraconservadora de estados paternalistas autoritários – como a França de Pétain ou a Espanha de Franco – se apresentam como realizações mais acabadas da visão androcêntrica do mundo, que faz da família patriarcal, sustentada na preeminência absoluta dos homens em relação às mulheres e dos adultos sobre as crianças, o princípio e modelo da ordem social como ordem moral.

Em trabalho anterior⁴¹, já mostrei que situações de crise funcionam como catalizadoras para as grandes transformações dentro do campo de produção do espetáculo esportivo e em sua relação com outros campos. Ao final dos anos 1970, em virtude de alguns acontecimentos de ordem política e econômica em cidades sedes, o Movimento Olímpico⁴² mergulhou em um cenário de crise que chegou a ameaçar a própria sobrevivência. O atentado terrorista em Munique durante os Jogos Olímpicos de 1972, o endividamento de Montreal após os preparativos para as Olimpíadas de 1976, a desistência de Denver de sediar os Jogos Olímpicos de Inverno de 1976, o boicote de 66 países aos Jogos Olímpicos de 1980 em

37. Não se pode ignorar a segunda grande onda de inserção das mulheres no mercado de trabalho durante e após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente para substituição dos homens enviados aos campos de batalha e posteriormente devido às novas demandas determinadas pela grande expansão da indústria, tanto no bloco capitalista como no bloco socialista, durante a reconstrução desenvolvimentista da Europa no pós-guerra. Ao lado disso, o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente a invenção da pílula anticoncepcional, forneciam à mulher novas possibilidades de controle sobre o próprio corpo e planejamento da família.

38. A Carta Olímpica, até sua edição de 1976, continha um texto, referente ao recrutamento de membros dos Comitês Olímpicos Nacionais, estabelecendo que eles deveriam ser “cidadãos do seu país e **homens** de boa reputação, de caráter reto, bom senso e espírito independente, e com conhecimento e crença nos princípios olímpicos”. Ver Comité International Olympique. Olympic Rules. Lausanne: CIO, 1976, p.15.

39. Don Juan Antonio Samaranch ou 1º Marquês de Samaranch (1920-2001), assumiu vários cargos públicos durante a ditadura de Francisco Franco na Espanha, inclusive o de vereador responsável pelo desporto na cidade de Barcelona em 1954 e de Delegado de Educação Física e Desporto no Parlamento espanhol em 1967. Em 1973, foi nomeado presidente da “Diputación” (conselho provincial) de Barcelona, renunciando quatro anos depois, em 1977, quando foi nomeado embaixador espanhol para a União Soviética e a Mongólia, após a retomada das relações diplomáticas com os dois países. No Movimento Olímpico, após participação no Comitê Olímpico Espanhol foi eleito membro do COI em 1966 participando de vários cargos até ser eleito para a presidência, em 1980; cargo onde permaneceu até 2001, quando foi sucedido por Jacques Rogge e se tornou presidente honorário vitalício. Em 21 de abril de 2010 Juan Samaranch morria em Barcelona. O Centro de Estudos Olímpicos do COI publicou, em sua série “Historical Archives” uma biografia de Antonio Samaranch que se encontra disponível em http://www.olympic.org/Assets/OSC%20Section/pdf/LRes_21E.pdf. Acesso em 04 de ago. de 2011.

40. Bourdieu, 2002, op. cit.

41. N.G. Oliveira, *O poder dos jogos e os jogos de poder; interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Anpurr, 2015.

42. Sob a suprema autoridade do Comitê Olímpico Internacional (COI), o Movimento Olímpico reúne todas as instituições, e indivíduos envolvidos na promoção do espetáculo esportivo e possui como condição básica de participação a concordância em se deixar conduzir pelas regras e princípios estabelecidos na Carta Olímpica. Tendo entre os seus principais constituintes as Federações Internacionais de Esportes (FIs), o Movimento Olímpico abriga também a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA).

Moscú e as dificuldades econômicas na caixa do Comitê Olímpico Internacional (COI) estão entre os acontecimentos determinantes desse cenário, que culminou com a candidatura única de Los Angeles às Olimpíadas de 1984.

Para sobreviver à crise deflagrada por tais acontecimentos, o Movimento Olímpico teve que se reinventar. Contando com a ajuda de uma poderosa equipe especializada em contratos esportivos, durante a década de 1980, Samaranch promoveria sua completa reestruturação econômica, através de um revolucionário programa de marketing. Ao transformar a marca olímpica em “franquia” e os eventos em espetáculo, tal programa, em vigor até hoje, converte em capital econômico o capital simbólico⁴³ acumulado pelas instituições promotoras durante mais de um século e submete definitivamente os eventos por elas promovidos aos interesses de patrocinadores e difusores de televisão, agora convertidos em “parceiros”.

Após a adoção pela ONU da “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”⁴⁴, em 1979, já não seria favorável à valorização do capital simbólico do Movimento Olímpico a forte restrição ainda oferecida à participação feminina nos Jogos Olímpicos, seja no que se refere às modalidades esportivas e número de eventos oferecidos, seja no que se refere à participação em seu principal corpo decisório, o Comitê Olímpico Internacional (COI).

Ao lado disso, a impulsão do movimento *fitness*, especialmente nos Estados Unidos, colocava a estética no centro dos atrativos para as práticas de esportes e estabelecia um novo conceito de belo que decretava como bonitos e atraentes os corpos femininos com músculos bem definidos, colocando por terra o conceito da prática esportiva intensa como prejudicial à saúde da mulher. A essa altura, já bastante inseridas no mercado de trabalho, as mulheres começavam a integrar, além de um mercado para os produtos específicos do campo de produção do espetáculo esportivo (vestimentas, equipamentos esportivos, academias, treinadores etc.), também um poderoso mercado consumidor de produtos comercializados pelos novos “parceiros” mundiais do COI. Destarte, não poderiam mais ser ignoradas ou sofrer restrições.

“Se para as mulheres esportistas do início do século XX a beleza era vista como sinônimo de saúde e também de uma genitália adequada para cumprir suas funções reprodutivas, a partir dos anos setenta, a esse discurso se incorporará outro: o da erotização de seus corpos. [...] Objeto do olhar de outrem, o corpo erotizado no e pelo esporte, inventa uma imagem da atleta contemporânea que, mesmo exercitada fisicamente, inscreve no seu corpo marcas que o tornam absolutamente desejável⁴⁵”.

Em meados dos anos 1990 uma nova ameaça de crise voltava a rondar o Movimento Olímpico. A estratégia de marketing adotada para a realização dos Jogos Olímpicos de 1996 em Atlanta e, em 1998, os escândalos de corrupção na escolha de Salt Lake City para

43. Bourdieu, 2007, op. cit.

44. Em 1979, a Assembleia Geral da ONU adotou a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, também chamada de Carta Internacional dos Direitos da Mulher. Em seus 30 artigos, a Convenção define claramente o que considera discriminação contra mulheres e estabelece uma agenda para ação nacional para pôr fim a tal discriminação. A Convenção considera a cultura e a tradição como forças influentes para moldar os papéis de gênero e as relações familiares, e é o primeiro tratado de direitos humanos a afirmar os direitos reprodutivos das mulheres. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>. Acesso em 5 de nov. de 2015.

45. Goellner, 2006, op. cit p.2.



Sorteio dos grupos de futebol olímpico masculino e feminino dos Jogos Rio 2016, no Maracanã. Na foto, os técnicos das seleções de futebol que presenciaram o sorteio

Foto: Tânia Régo/Agência Brasil - CC BY 2.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/br/>)

os Jogos Olímpicos de Inverno de 2002, não agradaram aos parceiros do COI. A reação foi imediata, o COI buscava novamente uma reinvenção, inclusive em seu aparato regulatório institucional⁴⁶, que viabilizasse a recuperação do capital simbólico depreciado. Nesse contexto, nada mais conveniente que a ênfase conferida ao discurso da promoção da igualdade entre gêneros, agora como política oficial da instituição.

46. Ver Oliveira, 2015, op. cit.

4. As posições de comando e os processos decisórios

Não obstante a expressiva participação feminina nos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres (44,2 % do total de atletas), as mulheres ainda estão distante de ocupar um lugar de equidade dentro do mundo das competições esportivas. Só em 1981 elas foram admitidas à entidade que lidera o Movimento Olímpico, o COI, e mesmo nos dias atuais, como já visto, sua participação (23,9 % dos 92 membros) ainda está muito aquém daquela de atletas do sexo feminino nas delegações. Quanto à proporção da participação feminina em seu principal corpo gestor, o Comitê Executivo, é apenas ligeiramente superior àquela do corpo de membros da entidade. Somente quatro entre os seus 15 componentes (26,6 %) são mulheres⁴⁷ e, dentre os quatro Vice-Presidentes, apenas uma, Nawal El Moutawakel, (25%) é mulher.

A Segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres e o Desporto, organizada pelo *Grupo de Trabalho do COI Mulheres e Esportes*, que aconteceu em Windhoek, Namíbia, em 1998, convidou o Presidente do COI a invocar as Federações Desportivas Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais (CONs), as Federações Nacionais (FIs) e os organismos desportivos para cumprir a meta já estabelecida de 10% de representação mínima de mulheres em posições de tomada de decisão até 31 de Dezembro de 2000, avaliar os motivos para o seu não cumprimento e fazer revisão de prazo, se necessário. Ao mesmo tempo, a Conferência estabelecia uma nova meta de 20% de mulheres em postos de comando para 2005⁴⁸.

Em 2010, cinco anos após o prazo estabelecido para a segunda meta, a publicação de uma pesquisa por amostragem, encomendada pela *Comissão do COI Mulheres e Esportes*⁴⁹, revelava uma média 18,3% de presença feminina nos Comitês Executivos das Federações Internacionais de Esportes (FIs) e de 17,3% nos Comitês Executivos dos Comitês Olímpicos Nacionais (CONs), ambas ainda abaixo da meta de 20%. A pesquisa revela também uma significativa variação entre a participação nos corpos executivos dos CONs nos diferentes continentes, que vai de números acima da meta, no caso da Oceania (26,2 %), até os casos muito abaixo, como na Ásia (12,6 %) e Europa (14,1 %). O relatório final atribui a maior participação feminina na Oceania ao fato das instituições desse continente serem mais recentes e não terem sido submetidas à pressão de longa tradição de comando masculino.

Uma pesquisa por amostragem, realizada em 135 dos atuais 205 Comitês Olímpicos Nacionais reconhecidos pelo COI, mostra que, atualmente, 62 dos comitês pesquisados (46% do universo pesquisado) ainda não atingiram a meta estabelecida para 2005 de 20% de mulheres em seus cargos diretivos e 10 CONs (7,4 %) se conservam ainda sem nenhuma mulher em seus Comitês Executivos. O Brasil, embora tenha enviado uma delegação com 47 % de atletas mulheres aos Jogos Olímpicos de Londres em 2012 ainda mantém apenas uma mulher entre os sete membros (14,2%) do Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), também muito abaixo da meta dos 20%.

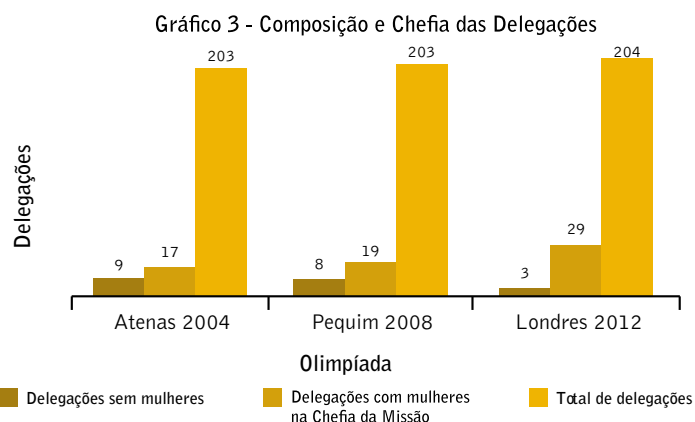
Na composição das delegações, além do crescimento do número de atletas, observa-se um incremento de quase 100% no número de delegações com mulheres em cargos de chefia nas

47. Disponível em <http://www.olympic.org/about-ioc-institution?tab=executive-board>. Acesso em 10 de fev. de 2016.

48. International Olympic Committee (2000). *Resolution of the 2nd IOC World Conference on Women and Sport*. Paris, France. Disponível em http://www.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_757.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2016.

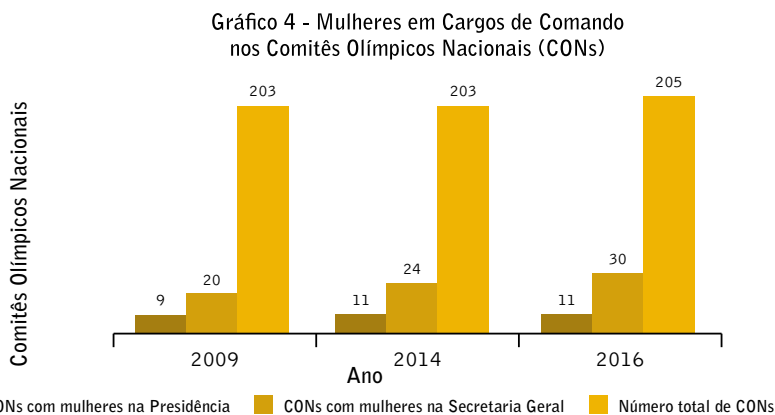
49. International Olympic Committee and Centre for Olympic Studies & Research, of Loughborough University. *Gender equality and leadership in Olympic bodies: women, leadership and the Olympic movement*. Lousanne: IOC, April 2010. Disponível em http://www.olympic.org/Documents/Olympism_in_action/Women_and_sport/GENDER_EQUALITY_AND_LEADERSHIP_IN_OLYMPIC_BODIES.pdf. Acesso em 02 de nov. de 2015.

últimas três edições dos Jogos Olímpicos de Verão, embora a proporção dessas delegações em relação ao total ainda seja inferior a 15%. Avanços significativos também podem ser observados na redução do número de delegações que não possuem mulheres entre seus integrantes (ver gráfico 3).



Fonte: COI⁵⁰

O mesmo não pode ser observado, entretanto, em relação à evolução do número de mulheres no principal posto diretivo dos Comitês Olímpicos Nacionais nos últimos sete anos, ilustrada no gráfico 4. Além da quase inexpressiva presença feminina ocupando o cargo de Presidente comparado ao número total de CONs (em torno dos 5%), observa-se uma evolução muito lenta desse número no período, bem aquém do observado (50%) para o cargo de Secretário Geral.



Fonte: COI⁵¹

50. Gráfico elaborado pela autora a partir de cruzamento de fichas técnicas emitidas pelo COI. International Olympic Committee. *Factsheet: Women in the Olympic Movement: Games of XXVIII Olympiad, Athens, 2004* – up date June 2008. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/women_participation_athens.pdf Acesso em 10 de nov. de 2015; International Olympic Committee. *Factsheet: Women in the Olympic Movement: Games of XXVIII Olympiad, Beijing, 2008* – update- February 2009. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/women_participation_beijing.pdf Acesso em 10 de nov. de 2015. International Olympic Committee. *Factsheet: Women in the Olympic Movement: Games of XXX Olympiad, London, 2012* – update October 2012. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Olympism_in_action/Women_and_sport/Women-in-the-Olympic-Movement-London-2012.pdf Acesso em 10 de nov. de 2015.

51. Gráfico elaborado pela autora a partir de cruzamento de fichas técnicas emitidas pelo COI. Para 2009 ver International Olympic Committee and Centre for Olympic Studies & Research, of Loughborough University, op. cit.; para 2014 ver International Olympic Committee. *Factsheet: Women in the Olympic Movement, update May 2014*. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf. Acesso em 02 de nov. de 2015; para 2016 ver International Olympic Committee. *Factsheet: Women in the Olympic Movement – update January 2016*. Op. cit. Acesso em 10 de fev. de 2016.

Mais uma vez, a estrutura conservadora das instituições, que admitem baixa renovação de seus membros e dos cargos de presidente, permitindo reeleição para diversos mandatos e a conservação no cargo por décadas, pode ser a responsável pelo fenômeno. Esse é, por exemplo, o caso de Carlos Nuzman, que se encontra à frente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) desde 1995.

Outras questões como, restrições nos colégios eleitorais, baixo incentivo ou até constrangimentos às candidaturas femininas, baixo retorno nos processos eleitorais e limites nas políticas de inclusão são outros aspectos também apontados como barreiras às mudanças nesse cenário⁵².

A participação em cargos de comando ainda continua a ser, portanto, um dos fatores limitantes para a superação das diferenças entre gêneros e ocupa centralidade nas discussões relativas à “questão” da mulher no mundo dos esportes na contemporaneidade. Não foi à toa que, na última Conferência do COI sobre Mulher e Esporte (*5th IOC World Conference on Women and Sport: Together Stronger — The future of sport*), ocorrida entre 16 e 18 de fevereiro de 2012, em Los Angeles, na Califórnia, as perspectivas das mulheres em posições de liderança no mundo dos esportes foi o tema que abriu o evento. Na cerimônia de abertura, no centro dos discursos de Anita L. de Frantz, presidente da Comissão do COI Mulheres e Esportes, e do então presidente da entidade, Jacques Rogge, estava o reconhecimento de que os avanços em direção à igualdade no número de atletas competindo em campo não era suficiente para a verdadeira igualdade no esporte e que muito ainda havia que se avançar em relação à participação feminina em posições fora dos locais de competição, especialmente nas posições de comando⁵³. Nas palavras de Rogge: “mais mulheres líderes ainda são necessárias, não para provar o compromisso com a igualdade de gênero, mas para tirar vantagem de seus cérebros, de sua energia e sua criatividade”⁵⁴.

De fato, sem medidas efetivas para resolver a limitante diferença nas posições de comando fica difícil falar em igualdade entre sexos dentro do campo de produção do espetáculo esportivo. Como salienta Lakshmi Puri, Vice-Diretora Executiva *UN Women* (Entidade da ONU para Igualdade de Gêneros), na mesma conferência, a própria estrutura do movimento esportivo em si se torna um obstáculo à promoção da igualdade⁵⁵. Um movimento que exclui mulheres de suas lideranças dificilmente conseguirá barrar estereótipos e normas profundamente enraizados em nossa sociedade e que vão refletir em outras diferenças como as de remuneração ou exposição midiática, conforme será visto a seguir.

52. Nesse sentido, ver International Olympic Committee and Centre for Olympic Studies & Research, of Loughborough University, op. cit.

53. Ver International Olympic Committee. *5th IOC World Conference on Women and Sport: Together Stronger — The future of sport*. Lausanne: IOC, [2012]. Disponível em http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/women_and_sport/report_5th_conference_women_and_sport_EN.pdf Acesso em 29 de out. de 2015.

54. Rogge, Jacques. Apud *Ibid.* p. 16.

55. PURI, Lakshmi, apud Ver International Olympic Committee, [2012], op. cit.

5. Exposição midiática e remuneração

Em um contexto no qual a produção de signos e imagens constitui uma grande fonte de poder nas lutas simbólicas pela determinação de leituras legítimas de mundo, a capacidade adquirida pela mídia em definir relações de forças no interior dos mais diferentes campos de disputa é incontestável⁵⁶. São eles que lideram os processos de construção das “bases cognitivas para o mundo” e que legitimam e (re)pactuam a orientação de ações.

Como sujeitos capazes de produzir e difundir as representações do real, de manipular gostos e opiniões e de orientar pensamentos e ações, os detentores do controle da mídia, assim como todos os outros sujeitos que atuam no campo de produção cultural, detêm também os meios para construir e desconstruir categorias classificatórias e conceitos, paradigmas e estereótipos e, principalmente, definir a conservação ou transformação de posições e papéis de dominantes e dominados dentro de cada um desses campos.

Considerando os impactos que as diferentes abordagens da mídia produzem nas mais diversas formas de organização da sociedade, a cobertura midiática de eventos esportivos tem sido um tema recorrente para pesquisadores de todo o mundo. Duas têm sido as principais questões que se colocam como objeto dessas pesquisas, a primeira delas é o tempo de exposição midiática dedicado à cobertura de competições esportivas femininas em relação às masculinas e a segunda é o modo como e em que contexto são retratadas as atletas na imprensa escrita e falada.

Nos Estados Unidos, um grupo de pesquisa liderado por Andrew Billings e James Angelini tem estudado sistematicamente a cobertura dos Jogos Olímpicos pela National Broadcasting Company (NBC), a mais poderosa difusora dos Jogos Olímpicos⁵⁷ no mundo. As pesquisas revelam que, embora com margens de diferenças bem inferiores às demonstradas nos Jogos Olímpicos de Inverno⁵⁸, as mulheres vinham recebendo menos tempo de cobertura que os homens até os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008. Nos Jogos de Londres 2012, entretanto, esse quadro teria se revertido. De acordo com os pesquisadores⁵⁹, durante os dezessete dias de cobertura dos Jogos de 2012 as mulheres receberam 54,8% da cobertura de horário nobre em comparação com 45,2% da cobertura dedicada aos homens. A pesquisa revela também que 14 entre os 20 atletas mais mencionados eram mulheres.

Se, na cobertura dos Jogos Olímpicos de Verão, as mulheres têm ocupado um tempo ligeiramente superior ao ocupado pelos homens nos Estados Unidos, o mesmo não

56. Ver Bourdieu, Pierre. *Sobre a televisão*, seguido de: *A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

57. A NBC tem sido a detentora exclusiva dos direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos de Verão nos Estados Unidos desde os Jogos de Seul em 1988; direito que passou a se estender também aos Jogos Olímpicos de Inverno no evento de 2002 em Salt Lake City. Com a maior parte da audiência mundial dos Jogos Olímpicos concentrada na América do Norte, principalmente nos Estados Unidos, os contratos com a NBC têm representado em torno de 60% da soma do faturamento com a venda dos direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos Verão em todo o mundo, nos últimos cinco quadriênios. Ver Oliveira, 2015 op. cit.

58. Uma análise das 64 horas de transmissão em horário nobre da NBC nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010 em Vancouver, por exemplo, revelou que quando excluídas as competições de duplas mistas de gênero, os homens recebiam mais de três quintos do tempo de antena restante e que 75% dos atletas mais mencionados eram homens. Ver Angelini, James R. et al. “What’s The Gendered Story? Vancouver’s Prime Time Olympic Glory on NBC”. In: *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, Volume 56, Issue 2, 2012.

59. Billings, Andrew C. et al. “(Re)Calling London: The Gender Frame Agenda within NBC’s Primetime Broadcast of the 2012 Olympiad”. In: *Journalism & Mass Communication Quarterly* 2014 91: 38.

acontece na cobertura dos demais eventos esportivos. Em 2010 o Centro para Pesquisa Feminina da Universidade do Sul da Califórnia, divulgou estudos realizados entre 1989 e 2009⁶⁰ na ESPN e nos noticiários esportivos de início e fim de noite das três redes afiliadas de televisão em Los Angeles: a afiliada da NBC (KNBC), a afiliada da Columbia Broadcasting System (KCBS) e a afiliada da American Broadcasting Company (KABC). Os resultados para 2009 mostram que as mulheres ocupavam apenas 1,6% dos noticiários esportivos das três redes, contra 96,3% do tempo dedicado aos homens e 2,1% do tempo dedicado aos tópicos neutros de gênero. Os números de 2009 representam a menor proporção registrada em todo o período do estudo, revelando uma queda acentuada na cobertura de esportes femininos em relação a 2004, quando 6,3% do tempo total de exibição era dedicado à cobertura do desporto feminino.

Quando analisado o programa *SportCenter*, exibido nacionalmente pela ESPN⁶¹, os resultados revelam uma taxa de 1,4 % do seu tempo no ar dedicado aos esportes femininos. Em 1999 essa taxa era de 2,2% e em 2004 era de 2,1 %, revelando, também aí, uma tendência à queda no já insignificante tempo de cobertura dedicado às mulheres.

Em 2007, a Divisão para o Avanço das Mulheres do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um documento⁶² com o objetivo de promover as metas da *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*⁶³. Baseado em estudos realizados em diferentes lugares do mundo o documento afirma que as mulheres continuam marginalizadas da indústria midiática em esportes e que, mesmo com muitas competições incluindo eventos masculinos e femininos, os eventos masculinos invariavelmente dominam a cobertura midiática em nível local e mundial.

O mesmo documento ainda alerta para a evidente discriminação de gênero contra as mulheres no mercado de trabalho relacionada aos desportos, expressa principalmente na representação desigual das mulheres na imprensa desportiva e cita o retrato negativo de mulheres, ainda influenciado por estereótipos de gênero que reforçam imagens tradicionais do homem e da mulher atletas, como um problema persistente. Dentre as formas de retratação enumeradas destacam-se o frequente tratamento das mulheres como “garotas”, independente de sua idade, ou a descrição em termos de atributos físicos e emocionais, muitas vezes de forma que enfatizam a “fraqueza, passividade e insignificância”.

Alguns estudos já citados corroboram a hipótese de representação desigual entre homens e mulheres na mídia desportiva, ainda que essas classificações variem conforme o universo e período estudado. Angelini et al,⁶⁴ por exemplo, constataram que comentaristas

60. Messner, Michael A.; Cooky, Cheryl; Hextrum R. Gender in televised sports. News And Highlights Shows, 1989-2009, East Meadow, NY: Women's Sports Foundation, 06/2010. Disponível em file:///C:/Users/nelma/Downloads/Women%20Play%20Sports%20Not%20on%20TV.pdf. Acesso em 06 de jan. de 2016.

61. ESPN (originalmente um acrônimo para Entretenimento e Sports Network Programming) é um canal por cabo e por satélite de televisão especializado em esportes, com sede nos EUA, de propriedade da ESPN Inc. Atualmente, a ESPN está disponível para cerca de 94,396 milhões de domicílios com televisão pagos (81,1% de domicílios com pelo menos um aparelho de televisão), nos Estados Unidos e se autodenomina líder mundial em transmissões esportivas. Além do canal principal e seus sete canais relacionados nos Estados Unidos, a ESPN é transmitida em mais de 200 países, opera canais regionais na Austrália, Brasil, América Latina e Reino Unido, e possui uma participação de 20% na rede Sports (TSN), bem como de suas cinco redes irmãs e da Rede NHL no Canadá.

62. United Nations Secretariat. Department of Economic and Social Affairs. *Women 2000 and beyond Women, gender equality and sport*. New York: UN, December 2007. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/public/Women%20and%20Sport.pdf> Acesso em 05 de dez. de 2015.

63. Disponível em http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso em 05 de dez. de 2015.

64. Angelini, James R. et al, 2012, op. cit.



Em primeiro plano Rachel Nunes (RJ) e a dupla Val dos Santos e Josi Alves (RJ/SC) no torneio Superpraia do Circuito Brasileiro de Volei de Praia, Fortaleza, maio de 2016.

Foto: Confederação Brasileira de Voleibol (CBV)

esportivos empregaram diferentes diálogos durante a cobertura da NBC dos Jogos Olímpicos de Vancouver, que incluíam a retratação das falhas femininas como resultado da falta de compromisso ou a preponderante atribuição do sucesso dos homens a sua experiência e do das mulheres à coragem. Para os Jogos Olímpicos de Londres em 2012, os mesmos pesquisadores⁶⁵ investigando a mesma emissora constataram que, mais uma vez, o sucesso dos homens era predominantemente descrito como resultado da experiência, enquanto o das mulheres era atribuído à harmonia. No caso específico do atletismo, eles chamam a atenção para a recorrente atribuição das falhas femininas à falta de compromisso. Em relação às taxonomias empregadas para características como personalidade e fisicalidade, as atletas receberam mais comentários sobre suas emoções e aparência do que os homens.

Messner e Cooky⁶⁶, por sua vez, constataram que, nas raras ocasiões em que mulheres eram destaques das notícias nos programas pesquisados, as matérias focavam incidentes de quebra de regra ou alguma outra controvérsia do esporte feminino ou as atletas eram apresentadas de forma estereotipada, como esposas ou namoradas de atletas famosos do sexo masculino ou como mães.

65. Ver Billings at al, 2014, op. cit.

66. Messner, Michael A.; Cooky, Cheryl, 2010, op. cit.

No Brasil, a situação não parece muito diferente. Souza e Knijnik⁶⁷ buscaram quantificar a cobertura de esportes masculinos e femininos da Folha de São Paulo, um dos principais jornais diários do País, com amostragens coletadas durante os anos de 2002 e 2003. A partir de uma análise comparativa do número e tamanho das reportagens (número de palavras) e a frequência com que se utilizam comentários relacionados ao gênero nas reportagens, os resultados apontaram para diferenças de até cerca de 700% entre a cobertura de homens e mulheres. Diferenças também foram encontradas em relação ao tamanho das matérias e o tipo de tratamento. Os autores mostram que os homens são mais vezes citados por suas habilidades atléticas do que as mulheres, que recebem mais citações em relação a sua aparência física, repetindo um padrão já encontrado em outras pesquisas internacionais.

A exploração de imagens sexualizadas de atletas na mídia, no marketing e até mesmo na promoção do esporte constitui outra face dos estereótipos criados para a mulher no mundo dos esportes. A exposição midiática de corpos de atletas em poses sensuais, com pouca ou nenhuma roupa tem sido objeto de preocupação⁶⁸. Algumas vezes tal exposição lhes é imposta de alguma forma, mas ela também pode ser utilizada voluntariamente como uma estratégia para ganhar tempo de cobertura ou melhor remuneração.

Em sua fala na 5ª. Conferência Internacional sobre Mulheres no Esporte, Benita Fitzgerald-Mosley, Presidente da *Women's Sport Foundation*, mostrou ao público uma série de capas de revistas retratando atletas profissionais com enfoque em seu *sex appeal* em vez de proezas atléticas e, em seguida, mostrou as mesmas mulheres, desta vez, representadas como atletas. A ênfase das segundas fotos estava na força, determinação e entusiasmo. De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU⁶⁹, a remuneração de atletas do sexo feminino em peças publicitárias é, muitas vezes, determinada em termos de seu tipo de corpo ou pela atração e apelo sexual que são capazes de exercer, em detrimento das qualidades que as definem como atletas. O mesmo documento da ONU destaca ainda que, muitas vezes esse tipo de abordagem é reforçado pelas próprias instituições esportivas quando escolhe uniformes para as competições femininas, cuja capacidade de valorização estética do corpo não possui nenhum tipo de relação com a funcionalidade no desempenho das práticas desportivas.

Essa estratégia, embora muitas vezes possa levar a maiores ganhos financeiros com patrocínio e maior exposição midiática, glorifica determinados modelos de corpos femininos, exclui muitas atletas cujos corpos não se encaixam nesses modelos, e estabelece imagens sobre o que é adequado e inadequado para aspirantes a atletas do sexo feminino. Tais imagens se encaixam perfeitamente em estereótipos que historicamente têm sido combatidos por provocar e reproduzir a discriminação baseada em gênero no esporte.

Muito se tem especulado em relação aos motivos para o tratamento desigual de atletas do sexo masculino e feminino na mídia. Que condições e valores orientam as decisões dos produtores, editores e comentaristas esportivos de TV em relação ao que cobrir, e como cobrir? Alguns deles argumentam que a definição é determinada especialmente pelas preferências dos espectadores.

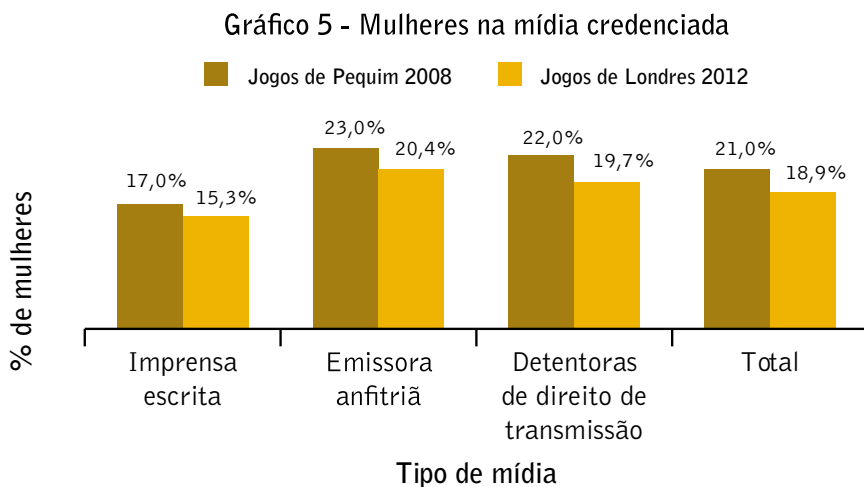
67. Souza, Juliana S. Soares * Knijnik, Jorge Dorfman. *A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil*. Rev. bras. Educ. Fis. Esp., São Paulo, v.21, n.1, p.35-48, jan./mar. 2007 • 3. pp. 35-48.

68. Ver, dentre outros, United Nations Secretariat, 2007 op. cit., Angelini, James R. at al, 2012, op. cit., Página oficial da Comissão Australiana em Esportes. Disponível em <http://women-in-sport.weebly.com/sexploitation.html>, Acesso em 02 de jan. de 2015.

69. Ver, dentre outros, United Nations Secretariat, 2007 op. cit

Podemos considerar, entretanto, uma combinação muito mais complexa de fatores que também contribuem nessa direção. Alguma relação pode haver, por exemplo, entre o avanço na exposição midiática das mulheres pela NBC durante os Jogos de Londres e a composição da delegação de atletas americanos, que era predominantemente de mulheres, com 268 atletas do sexo feminino e 255 atletas do sexo masculino. O maior êxito das mulheres na conquista de medalhas também pode ter influenciado. Afinal, 30% das mulheres foram bem sucedidas e apenas 15% dos homens americanos subiram ao pódio. O fato é que a contribuição fundamental das mulheres para os Estados Unidos estarem no topo do ranking internacional não poderia ser ignorada, mas não foi apenas esse o fator determinante.

Ao analisar os resultados de sua pesquisa, que aponta esse maior tempo de exposição midiática destinado às mulheres nos Jogos de Londres, Billings at al⁷⁰ chamam a atenção para um dado importante: a cobertura das competições femininas não foi distribuída de forma equilibrada entre as modalidades esportivas e nem mesmo para uma variedade significativa de esportes em que as mulheres norte-americanas foram bem sucedidas, mas se concentrou particularmente nas competições de ginástica e vôlei de praia. Os autores nos lembram que, além de serem consideradas apropriadas para as mulheres, carregam ainda uma bagagem associada à natureza sexualizada da forma como se vestem as atletas. Para ilustrar o apelo sexual associado ao vôlei de praia citam a fala do prefeito de Londres em matéria de Lyle Brennan para o *Daily Mail Online* no dia 30 de julho de 2012 durante os Jogos Olímpicos realizados naquela cidade: “há mulheres semi-nuas jogando vôlei de praia... brilhando como lontras molhadas...”⁷¹.



Fonte: IOC⁷²

70. Billings at al, 2014, op. cit

71. Disponível em <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2181124/Boris-Johnson-Olympics-There-semi-naked-women-playing-beach-volleyball-glistening-like-wet-otters.html#ixzz2KX6tXDMG> Acesso em 05 de jan. de 2016.

72. Gráfico elaborado pela autora a partir de cruzamento de fichas técnicas emitidas pelo COI. Ver International Olympic Committee. *Factsheet: Women in the Olympic Movement: Games of XXVIII Olympiad, Beijing, 2008 – update– February 2009*. Op. cit. International Olympic Committee. *Factsheet: Women in the Olympic Movement: Games of XXX Olympiad, London, 2012 – update October 2012*. Op. cit.

Tendo em conta todas essas variáveis eles argumentam que os resultados da pesquisa não podem ser atribuídos a um fator de gênero único, mas sim a um conjunto de fatores que, coletivamente podem fornecer informações sobre ambas as decisões, as de programadores de televisão e as de “preferências do público”. Tais fatores incluiriam: o apelo do esporte em geral para os telespectadores, a “adequação” de gênero do esporte associada à condição feminina, o desempenho das atletas norte-americanas no referido esporte, a publicidade pré-Jogos Olímpicos de algumas celebridades e a performance global dos Estados Unidos no evento.

O perfil dos profissionais que fazem as coberturas dos eventos esportivos também pode nos dizer alguma coisa sobre a forma como a mulher é tratada pela mídia. O gráfico 5 mostra a participação feminina na cobertura midiática dos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim e dos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres. Observa-se que as taxas de representação das mulheres giram em torno dos 20% do total da imprensa credenciada, que correspondem a taxas inferiores à metade daquelas atingidas para o total de atletas mulheres dentro dos locais de competição nos respectivos eventos, já apresentadas no gráfico 1. Além disso, uma queda de aproximadamente 2% percentuais na participação feminina em todos os tipos de mídia credenciada nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, em relação aos Jogos de Pequim quatro anos antes. Isso significa que não houve ações afirmativas exitosas no sentido de mudar esse quadro de segregação de gênero entre os comentaristas esportivos. Tal situação contribui para a reprodução da opinião pública a respeito das mulheres atletas sempre vista a partir de uma perspectiva androcêntrica do mundo.

Messner e Cooky⁷³ chamam a atenção para a conexão entre a pouca evidência das mulheres na mídia e a absoluta ausência de vozes femininas entre os comentaristas dos noticiários esportivos das redes de TV por eles pesquisadas, e muito raro no *SportCenter* da ESPN. Eles constataram que, para as posições de repórter âncora e locutor, a ocupação de comentarista esportivo de TV ainda é muito segregada por sexo e que, na melhor das hipóteses, elas são relegadas a papéis marginais. As três redes afiliadas por eles pesquisadas não incluem mulheres entre anunciadores de esportes, enquanto, na ESPN, as mulheres locutores aparecem em um pequeno número de transmissões no programa *SportsCenter*. Diferente de outros programas jornalísticos na TV, as notícias e destaques desportivos da TV ainda seriam definidas quase exclusivamente como uma ocupação masculina. Os dados de suas pesquisas revelam que apenas 11% dos locutores da *SportsCenter* eram mulheres durante a amostragem da ESPN de 2009; apenas uma locutora do sexo feminino apareceu durante toda a amostragem da KABC, CBS e ela não era uma âncora de programa, mas aparecia brevemente como repórter auxiliar.

A maneira como as mulheres são tratadas pela mídia vai refletir diretamente em outra forma de discriminação baseada em gênero, a remuneração. Embora com desempenhos iguais e muitas vezes até superiores aos conquistados pelos homens, as mulheres, na maioria das vezes, recebem remuneração inferiores às masculinas nas mesmas modalidades esportivas.

Mesmo na definição das premiações, que se encontra sob o controle exclusivo das instituições promotoras, essa situação ainda persiste na grande maioria dos casos. Embora algumas competições já estejam adotando valores iguais ou muito próximos para os prêmios de homens e mulheres, como a *Word Major Marathon*, os quatro *Torneios do Grand Slam* de Tênis⁷⁴ ou aquelas promovidas pela *International Triathlon Association* e a *Association of Surfing*

73. Messner, Michael A.; Cooky, Cheryl, 2010, op. cit.

74. Os quatro torneios do *Grand Slam*, o Open da Austrália, o torneio de Roland Garros, Wimbledon e o US Open, são os mais importantes eventos anuais de tênis em termos de pontos no *ranking* mundial, de tradição, de valor dos prêmios em dinheiro e de público.

*Professionals*⁷⁵, a grande diferença de remuneração na maioria das modalidades esportivas ainda é percebida para os diferentes gêneros. O futebol representa talvez um dos casos mais emblemáticos. Para vencer a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2015, por exemplo, a Seleção Feminina dos EUA ganhou US\$ 2 milhões, enquanto a equipe de homens da Alemanha levou para casa US\$ 35 milhões para ganhar a Copa do Mundo de 2014. A seleção masculina dos EUA terminou em 11º lugar em 2014 e arrecadou US\$ 9 milhões, e cada time masculino que foi eliminado na primeira fase da Copa do Mundo de 2014 recebeu US\$ 8 milhões, valor quatro vezes superior ao recebido pelas campeãs do futebol feminino em 2015⁷⁶.

Em Junho de 2015 a revista *Forbes* publicou o ranking dos 100 atletas mais bem pagos do mundo durante os 12 meses anteriores⁷⁷. Nos valores contabilizados, além das remunerações com salários, bônus e prêmios, estão também inclusos os rendimentos arrecadados com patrocínio e exposição de imagem. Na lista, apenas duas mulheres: na 26ª. posição, a tenista russa, medalhista de prata individual em Londres 2012, Maria Sharapova e, na 46ª posição, a tenista americana, medalhista de ouro individual em Londres 2012, Serena Williams. Entre os 20 mais bem pagos, nenhuma mulher. O atleta mais bem remunerado durante o ano compreendido entre junho de 2014 e junho de 2015, o boxeador Floyd Mayweather, faturou US\$ 300 milhões, valor mais de 10 vezes superior aos US\$ 29,7 milhões auferidos por Sharapova. Vale destacar que, atuando na mesma modalidade que Sharapova e Williams, o tenista Roger Federer, medalhista de prata nas Olimpíadas de Londres 2012 e de ouro em dupla na de 2008 em Pequim, conquistou a quinta posição na lista com um faturamento de US\$ 67 milhões durante o ano. A reprovação de Sharapova no teste antidoping durante o *Australian Open* de 2016, com a imediata suspensão de seus principais patrocínios, inclusive o da Nike com quem mantinha o seu principal contrato, provavelmente conduzirá à evaporação de seu faturamento *record* dentro do mundo dos esportes femininos.

Os apoios comerciais e patrocínios também são uma parte importante da renda de um atleta profissional e em desenvolvimento de carreira. Muitas vezes esses ganhos superam os recebidos com premiações e salários. Em geral, também é uma área onde as mulheres recebem menos apoio do que os seus homólogos masculinos⁷⁸. Dentre os patrocinadores que mais bem pagam, segundo a *Forbes*, destacam-se a Nike, que possui contratos com pelo menos⁷⁹ 47 deles, a Adidas e sua subsidiária, a Reebok e a PepsiCo. Os contratos de um único patrocinador com alguns desses atletas podem chegar à casa dos 20 milhões, como no caso da Nike com Tiger Woods e LeBron James; quase a totalidade do faturamento de Sharapova e mais que o faturamento total da grande maioria das mulheres.

A relação mídia-patrocínio, nesse processo, é uma via de mão dupla. Por um lado, os mesmos patrocinadores de atletas são também anunciantes na mídia e, por isso, detêm parte do poder no momento de definir programações e, dentro delas, o que deve ou não ser exibido, enfatizado ou omitido. A pressão por maior tempo de exibição dos seus patrocinados é, portanto, uma prerrogativa que lhes cabe. Por outro lado, a escolha dos destinatários de seu maior montante de patrocínio está sempre pautada no tempo midiático que

75. *Word Major Marathon* inclui a Maratona de Nova Iorque, a Maratona de Boston, a Maratona de Londres, a Maratona de Tóquio, a Maratona de Berlim e a Maratona de Chicago.

76. Fonte: *Women's Sports Foundation*. Disponível em <https://www.womenssportsfoundation.org/en/home/research/articles-and-reports/equity-issues/pay-inequity>. Acesso em 04 de dez. de 2015.

77. Fonte: Revista *Forbes*. Disponível em <http://www.forbes.com/sites/kurtbadenhausen/2015/06/10/the-worlds-highest-paid-athletes-2015-behind-the-numbers/> Acesso em 15 de nov. de 2015.

78. Ver United Nations Secretariat, 2007 op. cit.,

79. Muitos dos contratos de patrocínio não são divulgados.

o atleta ou a atleta recebe. Com maior tempo de exposição das competições masculinas, os homens saíram inegavelmente em condições de vantagem em relação às mulheres na disputa por essa fonte de remuneração. Nesse círculo vicioso, as desigualdades tendem a permanecer se reproduzindo.

6. O gênero como questão

O imperativo do controle sobre a “feminilidade” dos corpos das atletas tem acompanhado toda a história do esporte moderno. Apoiada em padrões socialmente construídos com base no que Foucault chama de medicalização do sexo⁸⁰, a ideia da feminilidade funcionou, durante muito tempo, como fator determinante para decisões do tipo de esporte que seria ou não admitido às mulheres nas competições Olímpicas. Conforme comentado anteriormente, as mulheres eram vistas como demasiado fracas para a prática de determinadas modalidades esportivas que poderiam “masculinizar” os seus corpos ou “prejudicar sua saúde”, especialmente no que tange à sua capacidade reprodutiva. Como mostra Bourdieu⁸¹, entretanto, a ideia de “feminilidade” muitas vezes não passa de uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, que podem ser reais ou supostas, e traz, como consequência, a reprodução da ideia de dependência da mulher em relação ao outro (homem ou mulher).

O teste de sexualidade instituído pelo Movimento Olímpico é visto por Ritchie⁸² como uma oportunidade para traçar as várias facetas das relações de gênero do esporte moderno. Tais facetas incluem, de acordo com o autor, a construção e o controle social da sexualidade, o controle social e político através do corpo no esporte, a hegemonia das disciplinas do controle científico e médico e sua habilidade em definir o que é natural e, em geral, toda uma relação flutuante de gêneros manifestada através do esporte.

Embora não apareça nos textos dos documentos oficiais publicados na época, foi o argumento do *fair play* (jogo justo), que legitimou a introdução sistemática e gradual dos testes de verificação de gênero no Movimento Olímpico. Dada a superioridade da força física dos homens, não seria justo que, disfarçados de mulheres, com elas competissem em condição de igualdade⁸³.

No início era feita a inspeção visual: as mulheres eram obrigadas a se apresentar nuas diante de um grupo de especialistas médicos ginecologistas e eram submetidas a uma inspeção genital visual, que incluía fotografias dos órgãos genitais. Foi o que aconteceu no Campeonato Europeu de Atletismo em Budapeste, Hungria, em 1966. No mesmo ano, nos Jogos da Commonwealth (Comunidade Britânica), na Jamaica, todas as atletas femininas foram submetidas ao teste visual⁸⁴. Logo em seguida, em 1967, foram introduzidos os testes de cromossomos. A polonesa Ewa Klobukowska passou pela inspeção visual, mas, mais tarde, foi desclassificada porque tinha um cromossomo a mais. Seus cromossomos, do tipo XY, não eram compatíveis com a definição de sexo feminino, que exigia cromossomos XX.

A partir dos Jogos Olímpicos de 1968 no México, uma mulher que possuísse algum indício corporal de “anormalidade” segundo os padrões de “feminilidade” estabelecidos (crescimento de pelos, voz grossa, seios pouco evidentes, musculatura

80. Foucault, 1998, op.cit.

81. Bourdieu, 2002, op cit.

82. RITCHIE, Ian. *Sex tested, gender verified: controlling female sexuality in the age of containment*. Sport History Review, v. 34, n. 1, p. 80-98, maio/2003.

83. Vale destacar que, durante todo o tempo em que o teste de feminilidade foi instituído, nunca um homem foi flagrado tentando competir na condição de mulher. De fato, a grande polêmica que se colocou a partir daí foi o enquadramento classificatório de pessoas que não se enquadram no padrão binário heterossexual homem/mulher.

84. Ibid.

desenvolvida etc.) passava a ser suspeita de *doping* e a ter sua identidade de gênero e sexual questionada⁸⁵. Em 1971, a concordância em se submeter ao teste de feminilidade como condição necessária para a participação feminina nos Jogos Olímpicos, foi incorporada ao texto da Carta Olímpica⁸⁶, que conservou o mesmo conteúdo até 1994⁸⁷. A aprovação no teste conferia à atleta um cartão rosa que certificava cientificamente sua feminilidade e lhe autorizava a competir.

Nos Jogos de 2000, o teste de feminilidade deixou de ser uma condição para a participação nos Jogos Olímpicos, mas continua a ser exigido explicitamente por várias Federações Internacionais de Esportes e de forma implícita nos testes antidoping promovidos pela *World Anti-Doping Agency* (WADA). A concordância em aceitar as regras e requerimentos da WADA é condição necessária para todos aqueles que pretendem assumir qualquer relacionamento oficial com o COI, desde cidades sedes dos Jogos Olímpicos até atletas e demais envolvidos na produção do espetáculo esportivo.

O que é um homem? O que é uma mulher? Qual o limite entre eles? Por que existem eventos separados para homens e mulheres? Quais os critérios de elegibilidade determinados dentro dessa categorização? Essas são questões que persistem dentro e fora do Movimento Olímpico até os dias atuais. Na 5ª. Conferência Internacional sobre Mulher e Esporte promovida pelo COI em 2012, o tema foi objeto de discussão. O título da sessão plenária, “Questões Médicas”, já evidencia o enfoque cientificista e tecnológico conferido ao assunto. De acordo com os painelistas, existem categorias distintas no esporte porque as mulheres e os homens são “fisiologicamente diferentes”. Muitos deles, entretanto, reconhecem a existência de variações de gênero que não se enquadram na classificação binária homem/mulher. A forma de lidar com a questão é que diferencia os vários posicionamentos⁸⁸.

Rania Elwani, atleta egípcia membro da Comissão Médica do COI, por exemplo, defendeu a ideia de tratamento médico de atletas com “desequilíbrio hormonal” em nome de ajudá-las a manter sua saúde, com ênfase, dentre outras coisas, na saúde reprodutiva. Já Thomas Murray, Presidente do Hastings Centre⁸⁹, e Erick Vilain da Faculdade de Medicina da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), embora compartilhem a ideia de que existe uma vantagem para os atletas que possuem maior quantidade de hormônios masculinos em uma competição, reconhecem que as duas categorias padrão de gênero não funcionam para todos os indivíduos no planeta e que o esporte nem sempre tem lidado bem com pessoas intersexuais⁹⁰.

O próprio conceito de justiça nas competições foi questionado pelos painelistas. Seria mais injusto ter um pouco mais testosterona do que ter dedos mais longos ou ser um pouco mais alto ou qualquer outra condição médica? Erick Vilain destacou que, enquanto os intersexuais podem ter uma vantagem, tal vantagem não seria maior que outras de limites

85. Além do constrangimento que o próprio teste de feminilidade impunha às mulheres atletas, a presença de alguma dessas características que fogem aos valores estéticos do que se considera “padrões femininos”, expõe as atletas a julgamento de ordem moral, quando, em grande parte da mídia, são associadas a visões estereotipadas que as classificam como lésbicas.

86. International Olympic Committee, 1971, op. cit.

87. International Olympic Committee. Olympic Charter: In force as from 5th September 1994. Lausanne: IOC, 1994. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympiccharters?tab=1>. Acesso em: 15 de mai. de 2011.

88. Para conhecer os debates ocorridos no evento ver International Olympic Committee, [2012], op. cit.

89. Hastings Centre é um instituto de pesquisa em bioética sediado em Nova Iorque.

90. A palavra intersexual é preferível ao termo hermafrodita e é usada para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições de masculino e feminino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro.

de desempenho do atleta. Ele questiona se seria justo dizer a uma mulher que ela não pode competir porque seus níveis hormonais são muito altos.

A paraolímpica Aimee Mullins, ex-presidente da *Women's Sports Foundation*, destacou o aspecto social do modo como percebemos a feminilidade. “Se as atletas aparecem nas revistas com unhas pintadas, cabelos compridos e maquiagem, nós não questionamos seu sexo ou físico. Nossa sociedade é treinada para uma visão tradicional da aparência que as mulheres devem ter”⁹¹. De fato, como argumentam autores como Foucault⁹² ou Bourdieu⁹³ o corpo da mulher é o mesmo ao longo da história, mas a cultura muda, e com ela, os significados sociais que esse corpo recebe.

O tão enfático argumento da saúde, por exemplo, se revela paradoxal em casos como o da jogadora de vôlei Érika Coimbra que teve de fazer tratamentos com hormônios para poder passar no teste de feminilidade do COI ou da judoca brasileira Edinanci Silva que, ao garantir sua passagem para as Olimpíadas de Atlanta (1996), foi submetida a uma intervenção cirúrgica, com apenas 19 anos de idade, também para atender ao mesmo teste de feminilidade. Além de ter que modificar seu corpo para se adequar aos padrões do COI, Edinanci ainda teve sua vida e sua intimidade invadidas pela imprensa com questionamentos e chacotas que iam desde sua vida afetiva até comparações de sua aparência com jogadores de futebol. Mesmo a aprovação no teste de feminilidade e sua bem sucedida carreira Olímpica até os Jogos de 2008 em Pequim não foram suficientes para que cessassem os questionamentos sobre sua condição de mulher.

Também emblemático no tratamento das diferenças, que não se enquadram no padrão binário heteronormativo, no mundo dos esportes e na mídia relacionada é o caso da velocista sul-africana Caster Semenya. Após vencer com desempenho excepcional o Mundial de Atletismo de Berlim em 2009, a velocista, graças à sua aparência e ao desempenho conquistado, teve a autenticidade de seu sexo questionada pela mídia internacional, espectadores e até mesmo por outras atletas. Os questionamentos não foram suficientes, entretanto, para impedir a grande festa que o povo e as autoridades sul-africanas dedicaram à recepção da heroína em seu retorno do evento. Frente à grande mobilização em defesa de Semenya, embora os resultados do teste de feminidade realizados pela *International Association of Athletics Federations* (IAAF) tenham revelado que ela era intersexual, sua medalha foi mantida, ela voltou a correr, empunhou a bandeira sul-africana na abertura dos Jogos Olímpicos de Londres e voltou para casa com a medalha de prata. A mesma sorte não teve a indiana Shanti Soudarajan, que perdeu sua medalha de prata nos 800m dos Jogos Asiáticos por apresentar mais cromossomos “Y” que o esperado.

O crescente avanço no reconhecimento da importância da autonomia da identidade de gênero na sociedade, refletido na legislação de muitos países no mundo, tem forçado o COI a abordar outro assunto até então ignorado: a mudança de sexo. Em 2004, a instituição estabeleceu, pela primeira vez, uma política clara para a inclusão de atletas transexuais nas competições esportivas. A Declaração de Estocolmo sobre o Consenso de Redesignação Sexual no Esporte⁹⁴, foi formulada em 28 de outubro de 2003 por uma Comissão do COI e estabelece recomendações para aceitação de atletas que passaram por processo de mudança de sexo nas competições esportivas de alto rendimento. Aqueles que mudaram de sexo

91. Aimee Mullins apud International Olympic Committee, [2012] op. cit.

92. Foucault, 1998, op.cit.

93. Bourdieu, 2002, op cit.

94. Disponível em http://www.olympic.org/documents/reports/en/en_report_905.pdf Acesso em 10 de jan. de 2016.

antes da puberdade seriam aceitos sem restrições. Para os atletas que mudaram de sexo após a puberdade poderem competir, o processo seria mais complicado. Eles deveriam ter cumprido completamente todo o processo de transição de gênero: todas as mudanças físicas deveriam estar completas, ou seja, a cirurgia de troca de sexo deveria estar finalizada – interna e externamente; as mudanças legais também deveriam estar devidamente efetivadas junto às autoridades competentes antes da qualificação para a competição e, além disso, o tempo de terapia hormonal cumprido deveria ser suficiente para adequação às taxas admitidas para aquele gênero (recomendado um tempo mínimo de 2 anos após a remoção das gônadas).

Em novembro de 2015 o COI volta ao assunto com a publicação do resultado da “Reunião de Consenso sobre Mudança de Sexo e Hiperandrogenismo”⁹⁵, que altera as recomendações da Declaração de Estocolmo. O documento recomenda a elegibilidade sem restrição para aqueles que fizeram a transição do sexo feminino para o masculino. Quanto aos que mudaram do sexo masculino para o feminino, a recomendação é que não seja mais exigida a mudança cirúrgica, mas apenas que a declaração de sua identidade de gênero para o sexo feminino não seja mudada, para fins desportivos, em um período menor que quatro anos e que o atleta deve provar níveis de testosteronas compatíveis com o sexo feminino com ao menos 12 meses de antecedência da primeira competição e durante o período de elegibilidade desejado para competir na categoria feminina. Em relação ao hiperandrogenismo em atletas do sexo feminino, sugere que as regras devem estar estabelecidas e, para evitar discriminação, os atletas não elegíveis para a competição feminina devem ser elegíveis para participar da competição masculina.

Como as recomendações não possuem efeito de lei dentro do Movimento Olímpico, mesmo depois de dois documentos do COI dedicados ao assunto, a aceitação de atletas transexuais não se torna obrigatória em todos os esportes. Desse modo, não existe ainda uma padronização do tratamento oferecido à questão pelas Federações e Confederações e cada uma segue as suas próprias regras.

Embora tais medidas aparentemente possam sugerir uma nova visão em relação aos gêneros, que repercuta as discussões mais contemporâneas sobre a questão, elas não abandonam o caráter dualista e heteronormativo do esporte, como nos lembra Silveira⁹⁶, uma vez que insistem na ideia de correção para aqueles que não se enquadram no padrão dual estabelecido. Por outro lado, o tratamento diferenciado conferido àqueles que desejam a classificação como homens ou como mulheres reforçam os estereótipos de fraqueza e fragilidade estabelecidos para o corpo feminino.

95. Disponível em http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf Acesso em 10 de jan. de 2016.

96. Silveira, Viviane Teixeira. Tecnologias e a mulher atleta: novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Paraná, 2013.

7. Considerações finais

A forte presença feminina nas arenas de competição dos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres e a inexistência de modalidades esportivas sem eventos femininos podem sugerir que as barreiras baseadas em gênero dentro do esporte estão completamente superadas. O impedimento às mulheres de participar dos Jogos Olímpicos de Atenas em 1896 e de largo número de modalidades esportivas durante grande parte do século XX pode agora ser visto como coisa do passado. Como destacou Rogge⁹⁷ na cerimônia de abertura da 5ª Conferência do COI Sobre Mulher e Esporte, as mulheres agora, além de ocuparem quase a metade das vagas dentro dos locais de competição, constituem também a metade dos mais de quatro bilhões de espectadores dos Jogos Olímpicos.

Um olhar mais apurado sobre o tema, entretanto, revela que muito ainda há a ser feito para que a superação de tais barreiras saia do campo discursivo e se torne efetiva em todos os segmentos envolvidos na produção do espetáculo esportivo. De fato, a despeito de quase um século de restrição às mulheres nas competições Olímpicas, medidas concretas têm sido adotadas na direção da inclusão feminina nas práticas das mais diversas modalidades. Um exemplo recente nessa direção foi a decisão tomada pelo COI, desde 1991, de não estabelecer novas modalidades esportivas no programa Olímpico sem que incluam em sua programação eventos femininos⁹⁸.

Os dados observados sobre as posições de comando e tomada de decisão dentro do Movimento Olímpico; sobre o tratamento midiático destinado às atletas do sexo feminino e a remuneração a elas destinada mostram que pouco se tem evoluído em direção a uma verdadeira igualdade entre gêneros, e mais: as ações nessa direção até o presente momento se resumem ao campo do discurso e estabelecimento de metas.

Em relação aos postos de comando, algumas medidas efetivas têm sido propostas por integrantes do próprio Movimento Olímpico, especialmente aquelas de caráter regimental e orçamentário, que poderiam exercer um efeito transformador no quadro atual de predominância absoluta do domínio masculino, mas pouco ainda se tem feito nessa direção. O estabelecimento de cotas, por exemplo, conferiu a tônica das falas da ampla maioria dos painelistas encarregados do tema “Governo, Legislação e Atitudes”⁹⁹ e esteve também presente em falas de outros painéis do evento, como a de Nurhayati Assegaf, Presidente do Comitê de Coordenação de Mulheres Parlamentares, Inter-Parliamentary Union (IPU). Alguns poucos Comitês Olímpicos Nacionais (CONs), como o da Noruega, já adotam esta política, mas até agora nenhuma medida concreta nessa direção foi tomada pelo Movimento Olímpico como um todo. Assegaf lembrou ainda que nove CONs àquela altura não haviam sequer assinado o tratado da *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (CEDAW).

Muitos fatores contribuem para a permanência do quadro atual. Não se pode ignorar que a posição de mulheres no comando das instituições esportivas também reflete, de modo geral, um quadro mais amplo de hegemonia masculina nas posições de controle das instituições na sociedade em diferentes escalas e em todo o mundo, seja no campo político,

97. International Olympic Committee, [2012], op.cit.

98. Ver International Olympic Committee. Factsheet: Women in the Olympic Movement –update January 2016, op cit.

99. Ver, por exemplo, as falas de Marit Myrmael, integrante da Comissão do COI sobre Mulheres no Esporte, da atleta olímpica Nancy Hogshead-Makar e de Niels Nigaard , presidente do CON dinamarquês.

econômico ou mesmo jurídico. Além disso, não podem ser desprezadas as condições culturais, políticas e sociais de diferentes países.

Para realizar plenamente o potencial efeito transformador do esporte nas proposições apresentadas nos discursos do Movimento Olímpico, entretanto, além das medidas concretas e eficazes que poderiam ser tomadas nessa direção, sua própria composição e mecanismos decisórios, de caráter conservador e reproduzidor das diferenças, que até agora se revela inabalável, precisaria passar por uma completa reestruturação. Indaga-se aqui, entretanto, até que ponto as intuições que o compõe estão dispostas a isso.

A mídia, por sua vez, também tem exercido um papel fundamental para a reprodução da visão androcêntrica dentro do mundo esportivo. Duas são as principais formas de atuação do sujeito midiático na construção dessa visão de mundo. A primeira delas remete à atuação na difusão e promoção de ideias-força, através de um discurso sutil, bem construído e recorrente, que apresenta como naturais e corretos estereótipos, funções e padrões estéticos destinados às mulheres em geral e, de modo especial, às atletas do sexo feminino. A segunda, e talvez mais poderosa, é construída, por assim dizer, pela própria conformação das pautas e agendas, que selecionam fatos, grupos e indivíduos que merecem ocupar a cena comunicacional; os temas e problemas que, progressiva e sutilmente, produzem a “opinião pública”. Assim, competições, atletas e mesmo os temas relativos aos esportes são apresentados de forma desigual através de uma abordagem despolitizada e inabordable pela reflexão crítica.

FOLHA corrida

seu dia em 5 minutos

SÁBADO, 1º DE JUNHO DE 2013 CB

QUASE PERFEITA

Maria Sharapova
supera a chuva,
mas não a celulite,
e arrasa rival em
Roland Garros
folha.com/no1287751



Jan Langsdorf/Ele

Não foi somente a vitória da tenista profissional Maria Sharapova sobre Jill Craybeas por 2 a 0 pela segunda rodada de Roland Garros, em 2013, o que chamou a atenção da imprensa. O Jornal Folha de São Paulo ressaltou as celulites daquela que é a atleta feminina mais bem paga do mundo, na 26ª no ranking da Forbes, em 2015 e que já foi a número 1 do mundo. Em resposta aos leitores(as) a redação declarou que “foi uma tentativa de usar humor com a imagem da atleta, que tem status de celebridade não só pelos resultados em quadra mas também por sua aparência”.

O aparato regulatório estabelecido pelo COI para proteger seus direitos de exibição de imagens e símbolos é eficaz, detalhado e até capaz de impor constrangimento à ordem jurídica de países¹⁰⁰ através de mecanismos altamente sofisticados. Não seria, portanto, difícil para a entidade instituir, dentro desse sistema regulatório, algumas medidas que garantissem nas maiores redes midiáticas do mundo, em sua maioria as mesmas detentoras do direito de transmissão dos Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno, um tratamento igualitário para todos os gêneros, não apenas na transmissão de seus eventos, mas em toda a difusão relacionada ao jornalismo esportivo. Indaga-se, entretanto, se a grande instituição que comanda o espetáculo esportivo estaria disposta a por em risco seu faturamento bilionário com a indústria de difusão, que representa quase que metade de sua receita total¹⁰¹, em nome do enfrentamento de uma ordem androcêntrica pré-estabelecida e enraizada de forma diferente nas mais variadas culturas.

O mesmo acontece em relação às premiações e aos patrocínios. Para uma transformação efetiva que ultrapassasse o campo discursivo, seriam necessários, em primeiro lugar, uma diretriz precisa e regulamental para que todas as Federações Internacionais de Esportes, todas elas integrantes do Movimento Olímpico e, portanto, subordinadas às regras e princípios estabelecidos na Carta Olímpica, superassem qualquer tratamento discriminatório de gênero no estabelecimento de suas premiações. Uma medida nessa direção, mais uma vez, colocaria na ordem do dia o enfrentamento com instituições também construídas em bases conservadoras e androcêntricas que constituem a principal base política do Movimento Olímpico.

Quanto aos patrocínios, os principais apoiadores de atletas são também integrantes do programa *The Olympic Partners* (TOP) de patrocínio mundial exclusivo por categoria de produtos do COI ou dos Programas de Patrocínio Doméstico nos países sede. Não seria difícil estabelecer em seus contratos algumas regras que garantissem tratamento igualitário em relação ao gênero, mas aí esbarramos mais uma vez no poder desses segmentos que somados representam quase que a outra metade das receitas totais do COI¹⁰².

No campo onde se produz o espetáculo esportivo, um grande paradoxo então se estabelece em relação à possibilidade de tratamento igualitário para os gêneros. Por um lado, as conquistas das mulheres e daqueles que não se enquadram no padrão binário de classificação dos sexos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no mercado consumidor¹⁰³, na sociedade e no campo político têm levado empresas, países e instituições a reverem seus discursos. Para manter ou elevar o capital simbólico, que, por sua vez,

100. Nesse sentido ver Oliveira, 2015, op. cit.

101. No quadriênio 2008-2012, último contabilizado pelo COI, o total de receitas com contratos de exclusividade de transmissão, no valor de 3,85 bilhões de dólares, corresponde a 48% do seu faturamento total de 8,05 bilhões. Fonte: IOC. **Olympic marketing fact file**: 2012 Edition. Lausanne: IOC, 2012 Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/OLYMPIC-MARKETING-FACT-FILE-2012.pdf. Acesso em 11 de jul. de 2013.

102. Somados, os valores dos contratos do programa TOP (950 milhões de dólares) e de Patrocínio Doméstico (1,83 bilhões), para o quadriênio 2008-2012, correspondem de 2,8 bilhões de dólares, que representam 34,6% do faturamento total do COI no período.

103. Por exemplo, segundo o Sr. Robbert De Kock, Secretário-Geral da Federação Mundial da Indústria de Produtos Esportivos (*World Federation Sporting Goods Industry -WFSGI*), as mulheres representam 70% do mercado de produtos e vestuário esportivos, tanto dos masculinos como dos femininos. Ver International Olympic Committee, [2012], op. Cit.

garante o capital econômico e político que lhes sustenta, as grandes instituições promotoras do espetáculo esportivo foram forçadas a promover algumas mudanças, permitindo uma maior inserção feminina nas competições esportivas e colocando a igualdade entre gêneros como uma questão dentro do campo. Afinal, a possibilidade de associação com exclusividade de determinadas marcas aos valores morais e universalistas vinculados ao olimpismo é a principal mercadoria que o Movimento Olímpico tem a oferecer aos patrocinadores e difusores que compram o espetáculo esportivo. Nas palavras de Michael Payne, ex-diretor de marketing e um dos principais fundadores do programa de marketing hoje em vigor no COI:

Os Jogos Olímpicos possuem um conjunto de atributos inegavelmente valorizados para qualquer um que lide com o marketing. Os Jogos Olímpicos valorizam a honra, a integridade, a determinação e o compromisso com a excelência, qualidades que a maioria das empresas deseja para si. Os Jogos Olímpicos são descritos com adjetivos como “dignos”, “cosmopolitas”, “globais”, “modernos”, “multiculturais” – e que repercutem muito bem junto aos patrocinadores, além de projetarem uma imagem positiva.¹⁰⁴

Em um mundo onde a segregação sexual deixa de ser vista como uma postura “politicamente correta”, a incorporação do discurso igualitário se torna imperativa não apenas para o COI, mas também para as empresas que o sustentam¹⁰⁵, ávidas pela conquista de mercados e valorização dos seus produtos. Por outro lado, isso não significa que o Movimento Olímpico vá deixar de funcionar em estruturas conservadoras e reprodutoras de uma visão androcêntrica do mundo, engendradas durante mais de um século em bases aristocráticas. Visão essa também enraizada no mundo dos negócios que representa. Conforme afirmou Maria Greengerber, especialista em integração e gênero, na 5ª Conferência Internacional sobre Mulheres no Esporte¹⁰⁶, a mudança nos negócios pode ser difícil, pois o reconhecimento de que mulheres podem ser boas atletas e possuem a mesma capacidade de entretenimento que os homens pode representar uma ameaça para eles.

A forma encontrada, então para conciliar tal paradoxo é alterar o discurso, fazer algumas concessões e criar uma “questão”, mantendo intocável, entretanto, a estrutura que reproduz o sistema.

Nesse ensaio, abordamos apenas alguns temas mais evidentes que estão relacionados à “questão” de gênero no campo no qual se produz o espetáculo esportivo. A predominância masculina em todos os segmentos de especialistas que atuam nesse mercado (que passa pelas empresas de consultoria, treinadores, médicos, indústria de equipamentos esportivos etc.) ou os tão frequentes problemas relacionados ao abuso ou assédio sexual

104. PAYNE, Michael. **A virada olímpica**: como os Jogos Olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/COB, 2006. p. 289.

105. Como nos lembra, por exemplo, o Sr. Robbert De Kock, da Federação Mundial da Indústria de Produtos Esportivos, as instituições que representa são guiadas por quatro elementos: as regras de Federações Internacionais, o interesse de desenvolvimento do desporto, as diferenças culturais e o interesse comercial. Ver International Olympic Committee, [2012], op. Cit.

106. International Olympic Committee, [2012], op. cit.

também poderiam ser aqui tratados ao lado de uma infinidade de outros assuntos¹⁰⁷. Para que as barreiras determinadas por gênero possam ser de uma vez por todas eliminadas, tais questões precisam ser abordadas de frente, a despeito das implicações de poder que possam representar. Só assim o esporte poderá finalmente cumprir plenamente o seu papel na construção de uma condição libertária, não só para a mulher, mas também para todos aqueles que não se enquadram no formato binário de classificação de gênero, como preconizava Simone de Beauvoir, mais de meio século atrás.

107. Ver, por exemplo, United Nations Secretariat. Department of Economic and Social Affairs, 2007, op. cit.

Saltando obstáculos: a mulher no espetáculo esportivo

Ensaio de Nelma Gusmão de Oliveira

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 7º andar
Glória – Rio de Janeiro/RJ
20241-180

Tel.: 55 21 3221 9900 <https://twitter.com/HBSbrasil> | <https://www.facebook.com/bollbrasil>
info@br.boell.org | www.br.boell.org

Heinrich Böll Stiftung

Schumannstraße 8, 10117 Berlin
+49 30 285 34 0
info@boell.de | www.boell.de